

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGreste
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

VALDEIR SOARES MONTEIRO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**IMPACTO DA QUALIDADE DAS INSITIUIÇÕES NAS PERCEPÇÕES DE
CONFIANÇA INSITIUCIONAL E DE CORRUPÇÃO: uma análise do caso brasileiro.**

CARUARU – 2018

VALDEIR SOARES MONTEIRO

**IMPACTO DA QUALIDADE DAS INSITIUIÇÕES NAS PERCEPÇÕES DE
CONFIANÇA INSITIUCIONAL E DE CORRUPÇÃO: uma análise do caso brasileiro.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia – PPGECON da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia, nesta Universidade.

Área de concentração: Economia Regional

Orientadora: Profª. Dra. Lucilena Ferraz Castanheira Corrêa

Catalogação na fonte:
Bibliotecária – Paula Silva CRB/4 - 1223

M775i Monteiro, Valdeir Soares.

Impacto da qualidade das instituições nas percepções de confiança institucional e de corrupção; uma análise do caso brasileiro. / Valdeir Soares Monteiro. – 2018.
62 f.; il.; 30 cm.

Orientadora: Lucilena Ferraz Castanheira Corrêa.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Programa de Pós-Graduação em Economia, 2018.

Inclui Referências.

1. Percepção. 2. Confiança. 3. Corrupção administrativa (Brasil). 4. Associações, instituições, etc. (Brasil). 5. Empresas públicas. I. Corrêa, Lucilena Ferraz Castanheira (Orientadora). II. Título.

330 CDD (23. ed.)

UFPE (CAA 2018-032)

VALDEIR SOARES MONTEIRO

**IMPACTO DA QUALIDADE DAS INSITIUIÇÕES NAS PERCEPÇÕES DE
CONFIANÇA INSITIUCIONAL E DE CORRUPÇÃO: uma análise do caso
brasileiro.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia – PPGECON da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia, nesta Universidade.

Aprovado em: 21/02/2018.

BANCA EXAMINADORA

Profº. Dra. Lucilena Ferraz Castanheira Corrêa (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Profº. Dr. Carlos Alberto Gomes de Amorim Filho (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Profº. Dr. Márcio Miceli Maciel de Sousa (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus por, pela fé, fazer-se presente em cada passo independente de qualquer contrapartida.

Aos meus pais, Jaciaria e Valdeci, por me amarem e, quase sempre, abnegarem seus sonhos em detrimento dos meus.

Ao meu irmão Junior pela amizade, companheirismo e parceria.

A toda minha Família.

A Lanna e sua família pelo carinho, paciência e preocupação presentes na maior parte desse projeto.

A minha orientadora Professora Lucilena Castanheira, que durante grande parte da trajetória foi além da orientação acadêmica, pelas contribuições teóricas e por sempre acreditar em mim.

Ao professor Klebson Moura, pela extrema dedicação, simpatia, disponibilidade e orientações.

Ao professor Juliano Assunção, que com muita gentileza cedeu à base de dados.

Ao professor Carlos Amorim, pelos conselhos, apoio e presteza.

A todo corpo docente do PPGECON, em especial a coordenação da Professora Roberta Rocha e Professora Sônia Rebouças.

Aos Professores: Cássio da Nobrega pelo incentivo à trajetória acadêmica desde os primeiros semestres da graduação, e por ser o primeiro a acreditar no que poderia me tornar; André Martins, pela amizade, presença e orientação em decisões difíceis; Marcio Miceli, Alane Alves, Welington Justos, pela constante presença, preocupação e disponibilidade.

Aos Amigos da Turma 6, que foram presentes em todos os momentos, nas alegrias e dificuldades.

Aos amigos Tony, Flávio Alves, Letícia, Aline, Bella, Cirlainy, Ezequiel, Rayane, pelos sorrisos e companheirismo que tornaram a jornada mais leve.

“Apliquei o coração a conhecer a sabedoria
e a saber o que é loucura e o que é estultícia;
e vim saber que também isto é correr atrás do vento.
Por que na muita sabedoria há muito enfado;
e quem aumenta ciência aumenta tristeza”

Eclesiastes 1:18

RESUMO

Os estudos sobre comportamento humano explicam como surgem as normas, cultura e costumes. Que são passados entre gerações e determinam o processo de formação histórica. A teoria de desenvolvimento institucionalista apresenta a formação histórica como determinante do desenvolvimento econômico. Esse caminho dá-se pelo processo de estruturação das instituições formais e informais ao longo do tempo. O presente trabalho analisa como as percepções de confiança nas instituições e de corrupção são afetadas pela qualidade da estrutura institucional do Brasil. Usando um modelo de OLS em dois estágios, por meio de variáveis instrumentais baseadas nos acontecimentos do período colonial, o trabalho sugere que a percepção de confiança nas instituições é afetada pela eficiência do setor público. No que tange a percepção de corrupção, os resultados sugerem que os indivíduos são afetados pelo processo de formação histórica do país. De modo geral, o trabalho aponta como fator importante a responsabilidade do governo no sentido de melhorar a credibilidade das instituições e também do capital social.

Palavras-chave: Percepção. Confiança. Corrupção. Instituições. Variáveis instrumentais.

ABSTRACT

Studies on human behavior explain how norms, culture, and customs arise. Which are passed down between generations and determine the process of historical formation. The theory of institutionalist development presents historical formation as a determinant of economic development. This path is due to the process of structuring formal and informal institutions over time. This paper analyzes how perceptions of trust in institutions and corruption are affected by the quality of Brazil's institutional structure. Using a two-stage OLS model, using instrumental variables based on colonial events, the paper suggests that the perception of trust in institutions is affected by the efficiency of the public sector. Concerning the perception of corruption, the results suggest that individuals are affected by the country's historical formation process. In general, the work points as an important factor the responsibility of the government in the sense of improving the credibility of institutions and also of social capital.

Keywords: Perception. Confidence. Corruption. Institutions. Instrumental variables.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição percentual de confiança nas instituições	44
Gráfico 2 – Scree plot	46

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Embasamento teórico segundo vários autores	28
Quadro 2 - Variáveis do questionário	36
Quadro 3 - Variáveis controles	40

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estatísticas descritivas das variáveis usadas na estimação	42
Tabela 2 - Teste de KMO e Bartlett	45
Tabela 3 – Comunalidades	45
Tabela 4 - Variância total explicada	47
Tabela 5 - Matriz de componente rotativa^a	48
Tabela 6 - Resultados da relação entre os fatores e qualidade institucional	49
Tabela 7 - Resultados da relação entre o índice fatorial de confiança nas instituições (<i>In</i>) e qualidade institucional.	51
Tabela 8 - Resultados da relação entre percepção de corrupção e qualidade institucional	54
Tabela A1: Estimação em primeiro estágio da percepção de confiança	62
Tabela A2: Estimação em primeiro estágio da percepção de corrupção	62

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11	
1	INTRODUÇÃO	12
1.1	Objetivos	14
1.1.1	Objetivos gerais	14
1.1.2	Objetivos específicos	14
1.2	Estrutura do trabalho	15
2	REVISÃO DA LITERATURA	16
2.1	A percepção diante da subjetividade no comportamento do indivíduo.	16
2.2	Teoria do desenvolvimento institucionalista.	19
2.3	O Brasil e a herança institucional do período colonial.	21
2.4	A relação entre instituições e o capital social.	23
2.5	O impacto da corrupção sobre a econômica: <i>Grease the wheels</i> e a <i>Sand the wheels</i>.	26
3	METODOLOGIA	30
3.1	Modelo teórico	30
3.2	Estratégia empírica	31
3.3	Variáveis	34
3.3.1	Dados	34
3.3.2	Variáveis de Percepção	35
3.3.3	Medida de Qualidade Institucional (variável independente I)	37
3.3.4	Variáveis de Instrumentais (IV)	38
3.3.5	Variáveis controles (X'B)	40
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS	42
4.1	Percepção de confiança nas instituições e qualidade institucional	43
4.2	Percepção de corrupção e qualidade institucional	53
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
	REFERÊNCIAS	57
	APENDICE A – Tabelas	62

1. INTRODUÇÃO

O atual cenário político-institucional brasileiro é marcado por sucessivas crises e escândalos de corrupção, tal fato tem gerado falta de credibilidade nas instituições, nas relações interpessoais entre os indivíduos da sociedade, bem como na economia interna.

Esse comportamento não é novo, Furtado (2008) apresenta o desenvolvimento econômico e histórico do país marcado pela presença de uma aristocracia que detinha controle sobre instituições, tal combinação perigosa, é apontada por Acemoglu e Robinson (2012) como o principal percalço ao crescimento das nações modernas. Isso por que, em países onde as instituições não atendem ao interesse da maioria da população, a pequena parte da população beneficiada é capaz de burlar a legalidade em razão do aumento de seu próprio bem-estar.

A fragilidade das instituições no Brasil, fruto do desenrolar histórico, tem contribuído para imagem internacional do país, principalmente após os recentes casos de corrupção no setor público.

A *Transparency International*¹ em seu relatório *Corruption Perceptions Index* 2016, alerta para o problema da corrupção brasileira, em seu ranking, que verifica a percepção da corrupção, a instituição aponta o Brasil na posição 79^a entre 176 países.

Além disso, diversas agências de riscos como Fitch Ratings, Moody's e Standard & Poor's, alertam investidores sobre o aumento do risco em projetos no Brasil, gerando retração do investimento e solidificando a estagnação do crescimento econômico no país.

A teoria de desenvolvimento institucional apresenta algumas reflexões que podem contribuir para entender e explicar melhor o atual cenário brasileiro. Como um dos percussores dessa linha de pesquisa, North (1991) afirma que instituições sólidas podem gerar credibilidade nos agentes econômicos e inibir atos de corrupção. Nesse sentido a percepção que os indivíduos possuem sobre as instituições, ao longo da história, sinaliza ser capaz de determinar o nível de desenvolvimento de um país.

Na elaboração dos sentidos individuais, Vigotsky (1993) aponta que as relações sociais, culturais e afetivas determinam o modo como os indivíduos criam suas

¹A *Transparency International* é uma organização politicamente não partidária, que trabalha para reduzir a corrupção e está presente em mais de 100 países. Disponível em: <<https://www.transparency.org/>>. Acesso em: 06 de jul de 2017.

intuições, e isso é passado entre gerações. Assim indivíduos que vivem numa sociedade onde as instituições criam caminhos ao crescimento econômico, são mais propensos a criar riqueza própria e para a nação.

O caso contrário é que determina o baixo desenvolvimento dos países, contudo, como alertado por North (1991), as percepções podem se alterar com o tempo, essa alteração é que vai determinar a trajetória de crescimento econômico.

No que tange o crescimento econômico, inúmeros autores como Engerman e Sokolo (2002) Easterly, Levine et al. (2002) e Hall e Jones (1999), Acemoglu (2002), apresentam que o desenvolvimento econômico dos países depende da construção da estrutura institucional do mesmo.

No Brasil Menezes-Filho (2006), Naritomi et al. (2012), Pereira, Nakabashi e Sachsida (2011), Pereira, Nakabashi e Salvato (2012) encontram resultado semelhantes. Por exemplo, municípios que apresentam maior eficiência institucional apresentam um PIB mais elevado.

No contexto da corrupção, Bjørnskov (2012) e Alesina e La Ferrara (2002), afirmam que a fragilidade das instituições prejudica não apenas as relações sociais internas do país, mas também toda relação com o mercado internacional. Isso por que, em países onde existe mais confiança interpessoal e nas instituições, as relações econômicas são mais confiáveis e consequentemente menos custosas.

Desse modo, a forma que indivíduos geram suas expectativas sobre as instituições, pode impactar a economia, tendo em vista que a credibilidade tende reduzir os custos e a burocracia.

Além dos impactos econômicos, uma possível baixa da credibilidade institucional, tende gerar elevação nos atos corruptos, que por sua vez irão ter impactos negativos no desenvolvimento de um país.

A discussão entre corrupção seus prejuízos para economia e desenvolvimento é longa. Podemos destacar North (1991), que mostra a existência de corrupção em todos os países do mundo, em maior ou menor escala, sendo mais danosa quanto mais disseminada for.

Mais recentemente a discussão entre eficiência econômica e corrupção tem gerados inúmeros trabalhos, como Mendonça (2017), Oliveira (2017), Fisch (2013) e Lopes (2013), que apontam a distorção de eficiência causada pela corrupção no crescimento, nesse sentido, encontram efeitos negativos do impacto da corrupção sobre o desenvolvimento.

A conexão entre a corrupção e as instituições tem várias facetas, assim Rocha (2014), Matias-Pereira (2008), Fiori (1992) apresentam que instituições sólidas geram menos corrupção.

Contudo Monteiro et al. (2017), aponta que pode existir um problema de causalidade reversa² entre o nível de credibilidade institucional e a corrupção, mostrando que, assim como atos corruptos geram baixa credibilidade institucional, a redução da confiança gera mais atos corruptos. Diante dessa perspectiva, pode-se constatar a importância de manter um cenário de credibilidade nas instituições com o objetivo de combate a corrupção, e assim melhorar o patamar de desenvolvimento. Então, a relação entre instituições e corrupção será determinante para o desenvolvimento.

Nesse sentido é levantando o seguinte questionamento: qual impacto da qualidade institucional na percepção de corrupção e na percepção de confiança institucional? Essa relação é determinante, segundo North (1991), para garantir uma trajetória de crescimento positiva.

O trabalho busca verificar o impacto da qualidade institucional brasileira na percepção de corrupção e confiança nas instituições, utilizando instrumentos para dimensionar essa relação, reduzindo assim o viés no modelo empírico sugerido.

1.1. Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

Analizar a relação de explicação da qualidade institucional nas percepções de: confiança institucional e corrupção no Brasil.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Identificar a percepção individual de confiança nas instituições e de corrupção;
- Determinar a medida de qualidade institucional através do *Gini* da terra; Índice de Desenvolvimento Municipal e do Acesso à Justiça;

²Causalidade reversa se refere à inversão da direção causa-efeito em um experimento.

- Verificar através de um modelo teórico como a qualidade institucional impacta nas percepções de confiança nas instituições e da corrupção.

1.2 Estrutura do Trabalho

Este trabalho é dividido inicialmente em quatro capítulos. No primeiro capítulo é feita uma breve introdução apresentando a relevância do tema e contextualizando com o atual cenário nacional. O capítulo seguinte vem com a proposta de uma revisão bibliográfica que contará com uma discussão geral sobre capital e sua importância para o estudo econômico, apresentando inicialmente sua relação com a teoria de desenvolvimento institucionalista, em seguida com a problemática da corrupção. O terceiro capítulo apresentará todo esforço para formulação e estimação do modelo empírico. A última seção do trabalho apresentará os resultados e as discussões resultantes do estudo. O presente estudo é uma extensão aprimorada de um artigo desenvolvido com o professor Welington Justo, Roberta Rocha e Lucilena Castanheira. O artigo recebeu o prêmio de resumo expandido no Encontro Regional de Economia Pernambucana em 2017, fica o agradecimento a contribuição dos professores.

2. REVISÃO DA LITERATURA

A ciência econômica tem dedicado amplo espaço para discussões sobre o comportamento humano, inserindo a fraternidade e confiança dos indivíduos como variáveis para explicar aspectos econômicos de um país. Essas discussões apresentam ramificações na área da economia civil e economia comportamental, embora ainda de uma forma embrionária. Nesse contexto, por exemplo, Newton (1999) aponta a falta de importância dada a esse tipo de comportamento humano, mostrando a relevância desse processo como base para uma sociedade democrática.

Crescimento econômico, integração social e eficiência no governo dependem intrinsecamente de valores, normas e atitudes. Por isso muitos cientistas sociais têm se voltado para esse problema de pesquisa. E, dessa forma, as discussões de bem-estar, liberdade e democracia são necessárias e inerentes a esses estudos.

O presente trabalho tem como ponto central de pesquisa um conceito ainda mais subjetivo, à medida que busca estudar o processo de elaboração cognitiva do sentido (percepção) dos indivíduos em relação às instituições e a corrupção, que são fundamentais ao desenvolvimento econômico.

Para melhor contextualização do problema é necessário fazer uma curta expedição por conceitos estudados na psicologia moderna. Uma vez que percebe-se a indigência de entender as diferentes dimensões históricas, culturais e sociais como fatores determinantes no entendimento do processo de construção da subjetividade.

2.1 A percepção diante da subjetividade no comportamento do indivíduo

A fenomenologia existencial é um dos ramos da psicologia que se debruça sobre o estudo de como o homem comprehende e percebe o mundo em que vive. Segundo Critelli (2007) esse ramo de estudo é mais humanista e tem um grande caráter de variabilidade, apresentando a verdade como relativa.

Outra forma de explicar o modo com as pessoas concebem o mundo é através do pensamento metafísico, esse, porém, é mais estático, já que pressupõe uma verdade única. Nessa linha de pesquisa Ponty (1945) explica que só em contato com o mundo o homem se constrói.

As duas linhas de pesquisa contribuem como esse trabalho, ao afirmarem que o homem é construído a partir do ambiente social em que está inserido, sendo assim, os indivíduos elaboram sua percepção baseada no que entendem do mundo a seu redor.

Esse processo de elaboração de percepção é explicado com detalhamento por Vygotsky (1993). O autor apresentou, em meados do início do século XX, uma nova psicologia que explicava como decorre o desenvolvimento das percepções dos indivíduos. Baseado no materialismo histórico e dialético de Marx e Engels, o autor utiliza a linguagem como a principal ferramenta para explicar o processo de construção das características pessoais. Tal processo tem inúmeras fases e inicia na infância. A criança desde o seu nascimento está imersa na cultura e dela se apropria para interações sociais, o pequeno indivíduo absorve as características de gerações passadas incluindo normas e conhecimentos. Nesse contexto, a palavra começa a ganhar sentido e torna-se o principal sistema de signo do ser humano, o significado das palavras é criado somente pela interação dos indivíduos.

A complexidade da palavra (linguagem), para Vygotsky (1993), é o elemento de construção dos indivíduos e de suas percepções, permitindo ao homem sair dos limites da percepção imediata, pois ao dar nome ao mundo que o cerca, cria um novo do mundo, possibilitando-lhe atuar subjetivamente sobre ele. Assim a percepção biológica, desenvolvida pelo bebê, é transformada em percepção de sentidos e significados.

Esse processo de transformação das funções biológicas em funções psicológicas, pela linguagem, é onde se desenvolve as relações sociais e nessa relação com outros os indivíduos apreendem e reconstruem todo contexto histórico e cultural que estão inseridos.

De modo geral a percepção do homem é criada a partir de toda historicidade presente no seu contexto social e pode ser alterada constantemente, essa visão é fundamental ao presente trabalho, pois em cada sociedade o modo de analisar as percepções deve ser diferente e se altera constantemente.

Muitos autores corroboram com essa visão, por exemplo, Mancebo (2002) afirma que os indivíduos incorporam sua personalidade e subjetividade (processo de elaboração da percepção), baseados nas sociedades e épocas que vivem.

Em complemento, Rey (2003) afirma que essa subjetividade é constituída pela história única que cada indivíduo experimentou no seu meio cultural e nas relações pessoais.

Uma definição interessante usada por Camon (2003) é que a subjetividade do indivíduo é na verdade segmentos da sua historicidade. Pode-se concluir que em cada sociedade, cada indivíduo possuirá uma forma diferente de enxergar as questões sociais relevantes e, além disso, cada um deles terá uma forma peculiar de gerar percepção a respeito de um fenômeno qualquer.

Um exemplo interessante de diversidade da subjetividade individual presente nas sociedades, é a análise do bem-estar, que mesmo em países relativamente próximos pode ser explicado de forma distinta.

Os trabalhos de Tambyah (2009), Shu e Zhu (2009), Sing (2009), Park (2009) estudam as variáveis que afetam o bem-estar em países orientais Cingapura, China, Hong Kong e Coréia do Sul, respectivamente. Apesar de possuírem uma relativa proximidade geográfica e cultural, as variáveis que afetam o bem-estar apresentam diferenças.

Em Cingapura os moradores têm um aumento na qualidade de vida e bem-estar quando possuem moradias confortáveis, laços familiares sólidos, segurança e amizades confiáveis. Os chineses apresentam maior felicidade quando possuem diversos bens materiais e alguns aspectos ligados a religiosidade. Em Hong Kong a felicidade, o gozo e satisfação estão extremamente ligados ao materialismo e consumismo, possuir um smartphone gera um ganho de bem-estar significativo. Já, para os sul-coreanos os bens materiais não possuem impacto no nível de satisfação, o alto nível de globalização torna-os menos materialistas e mais apegados a laços emocionais.

Os trabalhos sobre bem-estar citados foram importantes para elaboração de políticas públicas para melhoria da qualidade de vida nos países referidos. Assim, se cada indivíduo possui uma forma única de interagir no contexto socioeconômico, estudos direcionados as características regionais e individuais são extremamente relevantes.

Os autores institucionalistas, Pandy e Udry (2005) apontam duas direções que as pesquisas relacionadas às instituições devem escolher, a primeira delas é analisar o impacto de políticas aplicadas no contexto institucional, e a segunda direção é pesquisar como o contexto institucional de uma região é capaz de afetar o status econômico e político dos indivíduos. Baseado em tudo que já foi discutido, pode-se afirmar que o presente estudo segue a segunda linha de pesquisa, tentando entender como o contexto histórico-individual do Brasil é capaz de afetar a percepção que os indivíduos têm sobre as instituições e a corrupção.

Para isso torna-se necessário apresentar um pouco da teoria institucionalista, relacionando com alguns trabalhos que tratam sobre percepção e capital social (a confiança entre os indivíduos) no contexto econômico, e, por fim, algumas discussões sobre corrupção.

2.2 Teoria do desenvolvimento institucionalista

Um dos precursores mais ilustres da teoria do desenvolvimento institucionalista é North (1991), segundo o autor, as instituições são delimitações estabelecidas pelos seres humanos e foram criadas com o objetivo de gerar ordem e reduzir as incertezas.

Assim são responsáveis por organizar e estruturar a sociedade em seus diversos ramos: política, direito, economia e as próprias interações entre indivíduos. De modo geral, elas podem ser divididas entre instituições informais e formais, as primeiras estão relacionadas às tradições, costumes e a cultura de um povo e, naturalmente, são passadas entre gerações de tal modo que não apresentam nenhum protocolo; já, as formais são as estruturas burocráticas da sociedade, como: legislação, constituição, direitos de propriedade entre outros. O presente estudo propõe analisar os dois tipos de instituições.

Ainda para North (1991), as instituições são responsáveis por todo processo de formação histórica de uma nação e por isso, também responsável pelo desempenho econômico. De modo resumido, esse processo acontece da seguinte forma, as instituições são criadas ao longo da história para delimitar regras, e passam por um processo de evolução que promove melhoria e integração entre passado, presente e futuro. No meio dessas regras estão inseridos padrões econômicos que definirão os critérios e custos de transações e produção, determinando assim o nível de desenvolvimento de um país. À medida que a estrutura institucional evolui no tempo, ela determina o nível de crescimento, estagnação ou declínio de uma economia.

Dessa forma, o processo de formação histórica de um país é fundamental para a teoria institucionalista. Ou seja, para essa teoria de desenvolvimento econômico as normas e padrões sociais passados de geração para geração serão determinantes para construir a sociedade. Isso é mais complexo do que simplesmente apontar a história como importante ao desenvolvimento.

Nesse sentido, podemos relacioná-la com os pensadores da psicologia. Da mesma forma que os fenomenologistas e metafísicos, como já mencionado, apresentam

a constituição do indivíduo partindo dos padrões sociais do seu meio cultural, os institucionalistas apontam as normas e padrões sociais como responsáveis por elaborar não só o indivíduo, mas toda sociedade e, por fim, a economia.

Existe um grande avanço em trabalhos empíricos com o objetivo de mostrar a relevância da formação histórico cultural. Nunn (2009) desenvolveu uma pesquisa mostrando várias evidências empíricas de que aspectos históricos de longo prazo tem impacto sobre o desenvolvimento econômico. Sendo os principais canais de influência as instituições, a cultura, o conhecimento e tecnologia. Esse autor, contudo, não fora o primeiro a usar métodos estatísticos modernos para estimar essa relação entre a história e o desenvolvimento econômico.

Após North (1991) diversos trabalhos têm sido construídos ao redor dessa temática, pode-se citar Acemoglu (2012), que com o livro *Porque as nações fracassam* encontrou resultados semelhantes.

Acemoglu (2012) apresenta estudos de casos em países que explicam a diferença entre as rendas das nações partindo de como se deu o desenvolvimento histórico dos países.

Inicialmente o autor mostra que as instituições que estiveram, durante o seu processo de estruturação, ligadas aos interesses da maioria da população foram fundamentais para melhor desempenho econômico do país. O autor compara o processo de formação das instituições americanas e mexicanas. No primeiro caso, houve muita luta social para que o interesse da maioria da população fosse atendido em detrimento do interesse privado, as características de formação social dos primeiros americanos não permitiram que um grupo fosse privilegiado. Já, no segundo, o mexicano, a formação histórica é marcada pela presença de uma forte aristocracia clientelística que dominava todas as decisões, inclusive a elaboração da própria constituição. Nesse caso, instituições trabalhavam para uma parte pequena e não atendiam as principais demandas sociais.

O resultado da diferença entre o processo de estruturação das instituições, segundo Acemoglu (2012), ocasiona ineficiências econômicas, criando percalços ao desenvolvimento. Ainda na comparação entre Estados Unidos e México, o pesquisador mostra que as entidades americanas, por estarem mais ligadas ao interesse da maior parte da população, sempre incentivaram o empreendedorismo e elaboraram políticas de proteção a propriedade privada, dando assim oportunidade para que qualquer cidadão conseguisse produzir e gerar riqueza. Já, as instituições Mexicanas, por atenderem ao

interesse de uma classe exclusivista, criaram barreiras à formação de novos empreendimentos, seja pela burocratização ou pela necessidade de suborno para acelerar os procedimentos. Assim, o México tornou-se um país com uma estrutura social muito rígida, uma vez que as instituições asseguram o privilégio de grande monopólio em detrimento da eficiência.

Em um estudo sobre o efeito das instituições sobre o desempenho econômico, Acemoglu et al. (2001) promovem buscas empíricas que dessem robustez a teoria institucionalista, para isso usam as taxas de mortalidades como instrumento para medir esse efeito. Com o estudo identificou-se que, nas colônias onde os europeus não podiam se instalar devido à alta taxa de mortalidade era propenso a criação de instituições com um caráter mais exploratório. Essas características institucionais se mantêm até o presente, e os países onde elas estão instaladas apresentam um nível de desenvolvimento baixo.

O mesmo resultado é encontrado por Engerman e Sokolo (2002), Easterly, Levine et al. (2002) e Hall e Jones (1999), utilizando metodologias semelhantes, apresentam que o desenvolvimento econômico dos países depende da construção da estrutura institucional, por sua vez, esta é afetada por inúmeras características advindas do período colonial.

2.3 O Brasil e a herança institucional do período colonial

O Brasil, por ser um país com uma formação histórica aristocrática, possui instituições que pouco atende ao interesse da maioria população. Furtado (2008), destaca que o processo de formação econômica do país é marcado pela presença constante de uma elite dominante, que detinha o poder sobre a política e também sobre a legislação da época.

Uma discussão ainda mais detalhada sobre o tema é desenvolvida por Bahia (2003), onde é apresentado um modelo de *pay-off* das relações clientelísticas não apenas para o caso brasileiro, mas também para o caso geral.

Um exemplo que apresenta um pequeno vislumbre de como a fragilidade das instituições no Brasil contribui para perda de eficiência, é o caso da chegada da eletricidade no país³, mas especificamente no Rio de Janeiro.

Existem diversos trabalhos no Brasil que relacionam as instituições com desenvolvimento econômico, por exemplo, Pereira, Nakabashi e Sachsida (2011), Pereira, Nakabashi e Salvato (2012) apresentam a existência de uma relação entre o Produto Interno Bruto (PIB) e a estrutura institucional dos municípios brasileiros. Os autores usaram o Índice de Qualidade Institucional Municipal⁴ e encontraram uma relação significativa com o PIB per capita dos municípios.

Os estudos no Brasil corroboram com os resultados encontrados na literatura internacional. Menezes-Filho (2006) aponta para uma correlação entre o desenvolvimento histórico do Brasil e a credibilidade das instituições, dando destaque para a imigração estrangeira.

Esse mesmo esforço é executado por Naritomi et al. (2012), ao mostrar que o desenvolvimento histórico brasileiro desde o período colonial afetou a qualidade das instituições. O período açucareiro contribuiu para uma pior distribuição de terras e o período de exploração do ouro, afetou o acesso à justiça.

Viu-se que, atentar para a percepção que os cidadãos têm a respeito das instituições é importante, pois ela, por possuir característica mutável, pode sofrer alterações no tempo. E, essas mudanças podem determinar o desempenho econômico de uma nação. Nota-se que, nesse trabalho, as instituições formais e informais são levadas em conta, e existe uma relação forte delas com o capital social, pois, esse mede exatamente as interações de confianças entre os indivíduos.

³Sobre esse caso Weid (2003), narra em seu trabalho como foi o processo de instauração da rede elétrica na cidade do Rio de Janeiro, pioneira no Brasil. A tecnologia chegou no país já com longo atraso, a passos lentos novas tecnologias eram implantadas a maioria delas com a finalidade de iluminar pequenos edifícios ou agilizar o transporte, então por meio dos bondes. Em 1887 a empresa Belga Société Anonyme Du Gaz (SAG) ganhou uma concessão para iluminação pública e privada através do gás. Com a expansão da eletricidade a empresa conseguiu em 1899 através de inúmeros processos judiciais o monopólio do fornecimento de eletricidade pública e privada, até 1945 e 1915 respectivamente. A tecnologia da SAG já era ultrapassada, em contrapartida a empresa Willian Reid, possuía tecnologia mais barata e avançada ideal para grandes cidades, mas, devido às restrições, só conseguiu implementar sua produção para indústria e logo perdeu lucratividade e abandonou o mercado. Esse é apenas um retrato de como as instituições brasileiras podem ter atrasado o desenvolvimento do país, um caso corriqueiro que passou despercebido pela maioria, mas gerou custos maiores e atrasou o avanço tecnológico do país.

⁴O índice é calculado pelo ministério do planejamento, e está disponível apenas para o período de 2010.

2.4 A relação entre instituições e o capital social

Brehm e Rahn (1997) mostram que a variação na confiança entre os indivíduos (capital social) afeta a confiança dos cidadãos nas instituições nacionais. Pois, a confiança pode ser explicada pelo envolvimento psicológico dos cidadãos com suas comunidades, habilidades cognitivas, recursos econômicos e satisfação geral da vida.

Na mesma direção Tan e Tambyah (2009) identificam a mesma relação entre capital social e confiança nas instituições. Ao estudar como o confucionismo, ideologia chinesa que prega moral e ética, afeta as interações do capital social e a confiança nas instituições. Os autores também encontram, assim como Monteiro et al. (2017), que as diferenças demográficas afetam a confiança entre indivíduos.

Surge então um debate nesse sentido: a credibilidade nas instituições gera confiança entre cidadãos (capital social), ou o processo é inverso?

A primeira resposta vem de Kaase (2007), explicando que a relação estatística entre a confiança interpessoal e a confiança institucional em nove países europeus é geralmente positiva. A confiança interpessoal não pode ser considerada como um importante antecedente ou consequência da confiança institucional, apontando para a confiança como condição prévia ou consequência do envolvimento político não institucionalizado.

Em contrapartida Kaarianem e Lehtonen (2006) encontram resultado inverso. Os autores afirmam que instituições fortes geram um capital social alto. No referido estudo é testado dois pressupostos, o primeiro que o capital social surge de sociedades onde o bem-estar é alto e o segundo que instituições fortes geram capital social, contudo não desconsideram a primeira suposição.

Mas, é possível destacar que os dois trabalhos apontam para a importância do capital social e para percepção de confiança institucional, pois apresentam uma relação muito alta.

A relação do capital social com a confiança no governo e nas instituições é mais uma vez ressaltada por Keele (2007), ao analisar a queda de credibilidade em governos democráticos nos últimos quarenta anos. O autor afirma que o próprio capital social foi responsável pela queda de confiança no governo. Ao estimar dados ao longo do tempo, o estudo mencionado, conclui que desempenho do presidente, da economia e do congresso, não tem papel fundamental na queda de credibilidade, logo, o capital social é a ferramenta mais importante.

Em direção semelhante, Schyns e Koop (2009), estudam a relação entre confiança interpessoal ou capital social e confiança nos políticos e encontram um efeito de relação positiva. Ou seja, quanto mais os indivíduos confiam nas pessoas em geral, menos desconfiam dos políticos, assim, afirmam que a relação entre confiança social e política é extremamente forte.

Sobre essa mesma perspectiva, Miller e Listhaug (2009), estudam a relação de confiança nos partidos políticos para Noruega, Suécia e Estados Unidos. O trabalho mostra que três características fundamentais podem afetar o nível de confiança, são elas: a forma quem o sistema político está estruturado; a percepção do público em relação aos interesses políticos, e, por fim, uma percepção negativa em relação às instituições políticas. Mais uma vez fica ressaltada a importância da percepção de confiança para melhor eficiência sistema político, econômico e social. O nível de capital social se mostra muito importante nessas interações.

Nesse sentido, Kanck e Keefer (1997) encontram evidências que o capital social é relevante para o crescimento econômico. Nesses lugares em que a confiança generalizada tende a ser mais forte, as instituições impõem algumas restrições a ação predatória de grandes empresas e assim os países tendem a ser mais ricos.

Nessa direção de pesquisa, Rothstein e Uslnaer (2005) também apontam a presença de um elevado nível de capital social em países desenvolvidos, e, por outro lado, países que possuem elevada desigualdade não conseguem efeitos positivos em melhorar o capital social, por problemas de caráter institucional. Ou seja, o estudo aponta que a confiança social não aumentará porque prevalece uma enorme desigualdade social, e as políticas públicas que podem remediar esta situação não podem ser estabelecidas, porque há uma verdadeira falta de confiança generalizada. Essa falta de confiança diz respeito a "outras pessoas" e às instituições governamentais que são necessárias para implementar políticas universais.

Além da importância econômica, existem trabalhos que relacionam o capital social com o nível de felicidade individual. Tokuda (2008), ao analisar o que afeta o bem-estar dos cidadãos japoneses, encontra a desconfiança interpessoal geradora de infelicidade. O trabalho aponta que a idade, o estado civil e a renda também são importantes, contudo, o capital social é ainda mais relevante.

Dada a importância já apresentada do capital social, muitos estudos se focam em saber, quais características afetam o nível de confiança entre os indivíduos.

Delhey e Newton (2005) encontram a semelhança de Alessina e La Ferrara (2002), onde sinalizam que a uniformidade étnica é fundamental para elevados nível de confiança entre o público. Além disso, tradições religiosas, bom governo e alto nível de renda, também contribuem para maior confiança, tal efeito é mais forte nos países nórdicos⁵. Porém, os autores não se dedicam a estabelecer a relação causal.

Nessa temática Nieminen et al. (2008) encontra utilizando análise fatorial, três fatores determinantes do capital social: apoio social, participação social e redes, confiança e reciprocidade. Esses três fatores estão relacionados com as variáveis sócio demográficas. O referido estudo conclui que, a idade afeta negativamente o capital social, de modo não linear. Renda e educação geram capital social mais alto. O gênero altera a intensidade em que o fenômeno acontece. Em resumo, pessoas jovens, casadas, escolarizadas e ricas tem um elevado capital social.

Ainda nas características que afetam o nível de capital social, Stolle (1998) mostra que condições demográficas e o nível de engajamento social, são capazes de determinar o nível de capital social, além disso, pessoas que se juntam em associações possuem confiança interpessoal elevada. Por fim, O orscho et al. (2006), mostra que nos países europeus apresenta elevada acumulação de capital humano, econômico e social. Este último é fortemente relacionado com o gênero, com comportamento religioso e posicionamento político.

De modo geral, pode-se notar que é complexo precisar as variáveis que afetam o capital social e assim as que afetam a confiança nas instituições, pois, são alteradas de acordo com cada região e cultura.

Porém, existe um consenso, em praticamente todos os trabalhos apresentados, de que a confiança entre os indivíduos e nas instituições é extremamente afetada por atos de corrupção.

⁵ Conjunto de países nórdicos: Finlândia, Suécia, Noruega, Dinamarca e Islândia.

2.5 O impacto da corrupção sobre a economia: *Grease the wheel* vs. *Sand the wheels*.

As discussões do impacto direto da corrupção sobre a economia são as mais diversas, as mais comuns, seguem duas linhas: *Grease the wheel* e a *Sand the wheels*.

A primeira linha de pesquisa defende que a corrupção pode gerar ganhos para economia, tendo assim um efeito positivo, a segunda abordagem identifica efeitos negativos da corrupção sobre o desempenho econômico.

Apesar de não ser muito disseminada a hipótese *Grease the wheels* tem seus primeiros trabalhos em meados da década de 1960, com destaque para Leff (1964), que desenvolveu parte inicial e importante do trabalho. A principal dificuldade em estudar um tema como corrupção é a disponibilidade de dados, isso por que a ilegalidade nem sempre é descoberta.

Como destaca Wedemam (1997), além da dificuldade de dados, a complexidade e os impactos subjetivos da corrupção são incapazes de serem mensurados. Isso por que a corrupção apresenta efeitos diretos e indiretos sobre a economia, alguns impactam diretamente a trajetória de crescimento econômico outros apenas uma leve distorção, destaca Dzhumashev (2009).

A despeito das limitações, os defensores dos efeitos positivos da corrupção sobre a economia debruçam-se quase sempre no argumento de que a ineficiência institucional e demasiada burocracia podem gerar barreiras ao desenvolvimento. Burlar essas barreiras pode gerar ganhos de eficiência, além disso, a renda “redistribuída” pela corrupção pode ser empregada no consumo ou em outros investimentos.

Estudos como de Wedeman (1997) e Dreher e Gassebner (2013) apresentam essa ideia. Nesse sentido, para Méon e Weill (2010), a sonegação de impostos em países com serviços públicos ineficientes, tornaria a alocação de recursos mais eficiente.

No Brasil, podemos destacar o trabalho de Campos e Pereira (2016). Os autores encontraram primeiramente, um efeito de relação negativo entre corrupção e bem-estar. Apesar disso, os pesquisadores apontam que a corrupção pode estar corrigindo algumas distorções presentes na economia brasileira, gerando assim um pequeno “efeito positivo”. Posteriormente, ao simularem reduções de normas licitatórias acompanhadas de aumento da corrupção encontram ganhos marginais de bem-estar no curto prazo e retração na trajetória de crescimento no curto e longo prazo.

É bem verdade que a suposição *Grease the Wheels*, apesar de seu crescimento recente ainda apresenta muita fragilidade teórica e empírica, e as críticas são as mais diversas.

Como o Mauro (1995) destaca mesmo em países com instituições fracas a corrupção ainda seria capaz de distorcer a eficiência economia. Ainda assim, em complemento do autor e baseado na literatura sobre capital social apresentada nesse trabalho, a principal crítica que pode ser feita está na relação da corrupção com o capital social, isso por que não há um esforço dessa linha de pesquisa em analisar as perdas subjetivas causadas pela corrupção, inclusive na redução da confiança entre os cidadãos. A análise em geral é feita apenas usando indicadores econômicos de crescimento.

No sentido contrário, existem trabalhos que encontram perda de eficiência por meio da corrupção. Pode-se mencionar Mauro (1995), Jain (2011), Islam (2004), Fisch (2013), Lopes (2013), Mendonça (2017), Oliveira (2017), entre outros.

Mendonça (2017) que aponta a distorção de eficiência causada pela corrupção no crescimento, usando dados de tributação e despesa com saúde pública. No mesmo sentido Lopes (2013) mostra o efeito da corrupção na eficiência de despesa com saúde pública e educação, e aponta a ineficiência do estado brasileiro causado pela corrupção.

Recentemente Oliveira (2017), encontrou, para o Brasil, que a corrupção gera efeitos negativos no desempenho econômico, e ao controlar pela qualidade institucional o efeito permanece inalterado. O trabalho apresenta especial robustez, pois o efeito é encontrado mesmo usando outra base de dados.

No Brasil, podemos destacar o trabalho de Campos e Pereira (2016). Os autores encontraram primeiramente, um efeito de relação negativo entre corrupção e bem-estar. Apesar disso, os pesquisadores apontam que a corrupção pode estar corrigindo algumas distorções presentes na economia brasileira, gerando assim um pequeno “efeito positivo”. Posteriormente, ao simularem reduções de normas licitatórias acompanhadas de aumento da corrupção encontram ganhos marginais de bem-estar no curto prazo e retração na trajetória de crescimento no curto e longo prazo.

Como o Mauro (1995) destaca mesmo em países com instituições fracas a corrupção ainda seria capaz de distorcer a eficiência economia. Ainda assim, em complemento do autor e baseado na literatura sobre capital social apresentada nesse trabalho, a principal crítica que pode ser feita está na relação da corrupção com o capital social, isso por que não há um esforço dessa linha de pesquisa em analisar as perdas

subjetivas causadas pela corrupção, inclusive na redução da confiança entre os cidadãos. A análise em geral é feita apenas usando indicadores econômicos de crescimento.

Mendonça (2017) que aponta a distorção de eficiência causada pela corrupção no crescimento, usando dados de tributação e despesa com saúde pública. No mesmo sentido Lopes (2013) mostra o efeito da corrupção na eficiência de despesa com saúde pública e educação, e aponta a ineficiência do estado brasileiro causado pela corrupção.

Recentemente Oliveira (2017), encontrou, para o Brasil, que a corrupção gera efeitos negativos no desempenho econômico, e ao controlar pela qualidade institucional o efeito permanece inalterado. O trabalho apresenta especial robustez, pois o efeito é encontrado mesmo usando outra base de dados.

Diante das exposições até aqui descritas, o quadro 2.1 procura desenvolver uma síntese da revisão da literatura que serviu como cerne para o embasamento teórico do atual estudo.

Quadro 1 – Embasamento teórico segundo vários autores

CARACTERIZAÇÃO	REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA
A percepção diante da subjetividade do indivíduo	Critelli (2007); Ponty (1945); Vygotsky (1993); Mancebo (2002); Rey (2003); Camon (2003);
Teoria do desenvolvimento institucionalista	Pandy e Udry (2005); North (1991); Nunn (2009); Acemoglu (2012); Acemoglu et al. (2001); Engerman e Sokolo(2002), Easterly, Levine et al. (2002) e Hall e Jones (1999)
O Brasil e a herança institucional do período colonial.	Furtado (2008); Bahia (2003); Pereira, Nakabashi e Sachsida (2011); Pereira, Nakabashi e Salvato (2012); Menezes-Filho (2006); Naritomi et al. (2012)
Instituições e capital social.	Brehm e Rahn (1997); Tan e Tambyah (2010); Monteiro et al. (2017); Kaase (2007); Kaarianem e Lehtonen (2006); Keele (2007); Schyns e Koop (2009); Miller e Listhaug (2009); Kanck e Keefer (1997); Rothstein e Uslnaer (2011); Tokuda (2008)
O impacto da corrupção sobre a econômica: <i>Grease the wheels</i> e a <i>Sand the wheels</i> .	Leff (1964); Wedeman (1997); Dzhumashev (2009); Dreher e Gassebner(2013); Méon e Weil (2010); Fiori(1992); Mauro (1995); Islam (2004); Matias-Pereira (2008); Evans et.al. (2013); Rocha (2014); Monteiro (2017); etc.

Fonte: O Autor (2018).

Diante dessa perspectiva, o modelo teórico proposto será norteado pelas abordagens expostas no atual capítulo: a teoria do desenvolvimento institucionalista de North (1991), a análise do indivíduo segundo Vigotsky (1993) e a relação direta entre a percepção individual e qualidade institucional baseado em Monteiro (2017).

3. METODOLOGIA

A metodologia usada para alcançar os objetivos acima descritos mostra inicialmente o modelo teórico proposto, a estratégia empírica e a base dados usada. O software utilizado na estimação foi o Stata 14.

3.1 Modelo Teórico

O trabalho tem como viés principal a teoria desenvolvida por North (1990), que mostra a confiança nas instituições relacionado à qualidade institucional e a presença de atos corruptos, e também que o desenvolvimento histórico do país é determinante para explicar o desempenho de suas instituições.

Partindo de uma análise do indivíduo, baseado no trabalho de Vigotsky (1993), é possível apresentar que a elaboração cognitiva depende do contexto histórico cultural em que o cidadão está inserido e essa percepção é afetada diretamente por características do presente.

Além disso, baseado em Monteiro (2017), pode-se supor uma relação direta entre a percepção individual e qualidade institucional.

Levando em consideração cada uma das pesquisas citadas, e o objetivo dessa pesquisa, pode-se inicialmente propor um modelo estatístico simples, que mostra a relação entre as percepções individuais e qualidade institucional dado pela seguinte equação:

$$Y = bL + e \quad (1)$$

Onde:

Y → variável explicada de interesse, no caso, percepção individual de confiança nas instituições e percepção de corrupção;

L → variáveis que medem a qualidade institucional;

b → mede o impacto da qualidade institucional;

$e \rightarrow$ o termo de erro.

Pode-se definir então uma relação linear e direta entre percepção de confiança nas instituições e qualidade real das instituições. Como a qualidade institucional atual não é suficiente para explicar a percepção atual que o indivíduo cria, é necessário inserir variáveis controles que captam os atributos sociais e demográficos em que os indivíduos estão inseridos.

A natureza da variável de percepção de confiança nas instituições é a mesma da percepção da corrupção, isso por que as duas são medidas de percepção e seguem o mesmo critério descrito por Vigotsky (1993), North (1990) e Monteiro (2017).

A estimativa da equação (1) para as percepções difere apenas pela variável dependente (Y), o que significa que a relação da qualidade institucional com a percepção de confiança nas instituições e percepção de corrupção é suposta semelhante.

Contudo para o nosso objetivo de pesquisa tal suposição é aceitável, a mesma simplificação é feita por Monteiro et al. (2017) ao analisar as variáveis que impactam a decisão de cometer atos corruptos. Assim, pode-se supor então uma relação linear e direta entre percepção de corrupção e qualidade real das instituições.

Um dos desafios do modelo empírico é resolver o problema de causalidade reversa apontado por Monteiro (2017). O autor explica que existe um efeito cíclico, uma vez que a baixa qualidade institucional ocasiona atos de corrupção e a corrupção gera instituições fracas.

Além disso, North (1990) mostra que a qualidade institucional pode ser afetada pela percepção que os indivíduos possuem delas. Ou seja, o problema de causalidade reversa é presente na equação (1), tal problema necessita ser resolvido, pois, pode gerar uma explosão na variância como aponta Wooldridge (2016), essa será as discussões das próximas seções.

3.2 Estratégia empírica

A estimativa da equação (1), como já mencionado, requer atenção, pois, o objetivo do trabalho é identificar os coeficientes b . Sendo assim, é necessário tomar os cuidados estatísticos para que o coeficiente não possua viés, seja eficiente e consistente.

O método estatístico que parece ser mais adequado para estimativa da equação (1) é o método de regressão linear por mínimos quadrados ordinários (MQO).

Segundo Wooldridge (2016), esse método é capaz, sob certas hipóteses, de gerar um estimador não viesado, eficiente e consistente para um coeficiente de uma equação linear, objetivo do trabalho. Desta maneira, o método gera coeficientes que segue o padrão da equação (2).

$$E(B_j) = b_j, j = 0, 1, \dots, k. \quad (2)$$

Sendo que,

B → é o coeficiente linear estimado por MQO;

b_j → é o parâmetro populacional.

Assim, os estimadores de MQO são estimadores não viesados dos parâmetros da população. Ou seja, o coeficiente estimado por MQO, apresenta um valor esperado que é igual ao parâmetro real. Tem-se agora o primeiro modelo empírico, para estimar a equação (1), com variável dependente igual à percepção individual de confiança nas instituições:

$$In = bL + X'B + e \quad (3)$$

Onde,

In → seria a variável que identifica a variável de percepção individual de confiança nas instituições;

L → variáveis que medem a qualidade institucional,

b → mede o impacto da qualidade institucional e;

$X'B$ → uma série de variáveis de controles individuais,

e → igual ao termo de erro.

Muitos questionamentos podem ser levantados, sobre tal modelo de MQO, especialmente pela quantidade de hipóteses que precisam ser assumidas.

A construção teórica do modelo aponta um problema de causalidade entre qualidade institucional e percepção de qualidade institucional, este é um problema teórico e advém das características do modelo, para resolvê-lo deve-se usar variáveis instrumentais (IV).

O uso de IV resolve outro problema, o de variável omitida. Por mais que haja um esforço para melhor ajuste do modelo utilizando vários controles, existe a possibilidade de que o termo de erro esteja correlacionado com a variável dependente L (qualidade institucional). Isso violaria a hipótese descrita por Wooldridge (2016) na equação (4). Implicando assim um problema de endogeniedade.

$$Cov(L, e) = 0(4)$$

Então é necessário propor instrumentos que sejam capazes de reduzir a variância da estimativa. Segundo Wooldridge (2016), a escolha da IV deve seguir os critérios descritos na equação 5, 6 e 7.

No caso da equação 1, ela deve ser correlacionada com a qualidade institucional e não relacionada com o termo de erro.

$$Cov(z, In) = 0 \quad (5)$$

$$Cov(z, e) = 0 \quad (6)$$

$$Cov(L, z) \neq 0 \quad (7)$$

Mostra que,

$z \rightarrow$ é a variável instrumental;

$L \rightarrow$ a qualidade institucional;

$e \rightarrow$ o termo de erro e;

$In \rightarrow$ a percepção de confiança nas instituições.

Ou seja, o instrumento adequado para a qualidade institucional deve possuir uma relação direta com L (qualidade institucional), não possuir relação direta com In (percepção de confiança nas instituições) nem com e (termo de erro).

Caso o pesquisador opte por não usar variáveis instrumentais na estimativa, irá deparar-se com uma variância inflada o que gera viés na interpretação dos seus resultados.

Por isso, será utilizado IV para otimizar os resultados e reduzir a variância e o viés na estimativa. Assim uma das contribuições do trabalho é usar instrumentos para explicar a relação de percepção e qualidade institucional.

A estimação usando a percepção de corrupção apresenta os mesmos problemas de estimação da equação (3).

Deste modo o modelo empírico será dado pela equação (8):

$$W = cL + X'B + e \quad (8)$$

Onde,

W → é variável que identifica a percepção individual de corrupção;

L → as variáveis que medem a qualidade institucional;

c → mede o impacto da qualidade institucional na corrupção;

$X'B$ → uma série de variáveis de controles individuais;

e → igual ao termo de erro.

Seguindo os critérios já mencionados, o uso de variáveis instrumentais para qualidade institucional é recomendado e será utilizado para as equações (3) e (8). As próximas subseções são dedicadas a definir as variáveis que serão usadas para estimar as equações.

3.3 Variáveis

Esta seção será dividida em quatro partes, a primeira apresenta de onde os dados foram retirados, a segunda apresenta as variáveis utilizadas para medir as percepções, a quarta apresenta as medidas de qualidade institucional, por fim, a quinta apresenta a sugestão das variáveis instrumentais.

3.3.1 Dados

Os dados utilizados para estimação dos modelos empíricos advêm inicialmente de duas fontes. A primeira, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), a segunda, o projeto de opinião pública do Latino Barômetro (2000).

No IBGE encontram-se dados que medem a qualidade institucional nos municípios, algumas dessas estatísticas são usadas pelo Ministério do Planejamento. Do IBGE serão utilizados o Censo Agropecuário do ano de 1996 e o banco de dados MUNIC (2001) fornecem dados de desempenho institucional em nível municipal.

Os dados do Latino Barômetro (2000) contêm 1000 observações distribuídas entre 8 cidades: Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. Dela serão extraídos dados individuais, percepção de confiança nas instituições, percepção de corrupção, além de características individuais e controles que serão definidas como importantes na análise.

3.3.2 Variáveis de Percepção

A variável proposta que mede o nível individual de confiança nas instituições é elaborada a partir da base de dados Latino Barômetro (2000). O presente trabalho propõe a criação de um índice que seja capaz de medir quanto cada indivíduo diz que confia nas instituições.

Baseado em Hair (2009), o índice é criado no somatório da multiplicação dos scores fatoriais pela variância explicada de cada fator. De modo geral o índice é uma média ponderada dos scores fatoriais pela variância explicada. A rotação ortogonal dos dados, por varimax, permite que os scores apresentem resultados que podem assumir um intervalo de distribuição contínua infinita (positivo e negativo). Assim os scores menores, representarão menor confiança nas instituições. Enquanto que Scores mais altos representam mais confiança nas instituições.

Os scores são multiplicados por um valor percentual entre 0 e 1 (dado que o máximo de variância explicado pelo modelo é 100%) e somados aos demais fatores, e então, o índice é gerado, como mostra a equação (9). Os dados utilizados foram do Barômetro 2000.

$$In = a_{i1}F_1 + a_{i2}F_2 + a_{i3}F_3 \dots + a_{ij}F_j \quad (9)$$

Onde, a_{ij} é a variância explicada por cada fator, F_j são os scores fatoriais (gerados a partir de uma regressão) e In o índice fatorial de confiança institucional.

As variáveis usadas para o cálculo da análise fatorial são medidas numa escala de 1 até 7 onde 1 as pessoas confiam menos nas instituições e 7 as pessoas confiam muito nas instituições, como descreve o Quadro 3.1.

Quadro 2 - Variáveis do questionário

Código	Questionário Latino Barometro(2000)
P18ST[A]	Nos últimos 12 meses a qualidade dos hospitais públicos tem piorado, melhorado ou permanecido igual?
P18ST[B]	Nos últimos 12 meses a qualidade das escolas públicas tem piorado, melhorado ou permanecido igual?
P32N	Pensando nas últimas eleições realizadas no país, em que medida você considera que não houve fraude?
P35ST[A]	Para cada grupo de instituições ou pessoas quanta confiança você tem na Igreja?
P35ST[B]	Para cada grupo de instituições ou pessoas quanta confiança você tem nas Forças Armadas?
P35ST[C]	Para cada grupo de instituições ou pessoas quanta confiança você tem na Justiça?
P35ST[D]	Para cada grupo de instituições ou pessoas quanta confiança você tem na Presidência da República?
P35ST[E]	Para cada grupo de instituições ou pessoas quanta confiança você tem na Polícia?
P35ST[F]	Para cada grupo de instituições ou pessoas quanta confiança você tem no Congresso Nacional?
P35ST[G]	Para cada grupo de instituições ou pessoas quanta confiança você tem nos Partidos Políticos?
P35ST[H]	Para cada grupo de instituições ou pessoas quanta confiança você tem na Mídia?

Fonte: O Autor (2018).

Nota: Adaptação Latino Barômetro, 2000.

É importante salientar que a variável P32N, tem uma escala de 1 até 5, porém, foi ponderada para a escala de 1 até 7. E as variáveis P18ST[A] e P18ST[B], tinham uma ordem decrescente, ou seja, se igual a 1 o indivíduo acreditava que instituição estava melhor, a ordem foi invertida. Assim todas as variáveis mencionadas estão em ordem crescente e positiva.

Baseado na disponibilidade de dados da base Latino Barômetro, as instituições usadas na formação do *In* e assim na análise do estudo foram: Hospitais; Escolas; Eleições; Igreja; Exército; Poder Judicial; Presidente; Polícia Militar; Congresso Nacional; Partidos Políticos; Mídia.

Pela natureza da base de dados em sua subjetividade é razoável imaginar que em suas respostas os entrevistados abrangem não somente as instituições formais, mas, também as informais. A afirmação tem por base o trabalho de Schawrs-Blum (2006), a autora explica como se comporta questões sociais num questionário de caráter subjetivo.

A variável utilizada para estimar percepção de corrupção, é de caráter individual e fora encontrada no Latino Barômetro 2000. Na variável P21ST[E], o entrevistado responde a indagação: “Você acredita que o problema da corrupção, tem aumentado muito ou pouco, tem diminuído muito ou pouco, ou permaneceu igual?”. A resposta é dada numa escala de 1 até 5, onde 1 a corrupção aumentou muito e 5 diminuiu muito.

Novamente a escala foi invertida de modo que ficasse em ordem crescente, sendo 1 diminuiu muito e 5 aumentou muito.

Esta medida de percepção da corrupção é muito abrangente e por isso deve apresentar grande variância, contudo, ao responder o questionário o indivíduo vai além da informação sobre corrupção que ele teve acesso, ele responde levando em consideração o nível de confiança que possui em relação aos membros da sociedade que ele vive, incluindo ele mesmo.

3.3.3 Medida de Qualidade Institucional (variável independente I)

À medida de qualidade institucional será semelhante às já exaustivamente discutidas por Naritomi et al. (2012). Os autores argumentam, usando uma rica base teórica e histórica, que a qualidade institucional, no caso brasileiro pode ser medida pelo: *Gini da terra*; um Índice de Desempenho do Governo Municipal e uma medida de acesso à justiça. Todas variáveis estão disponíveis no IBGE, e essas foram medidas utilizadas nesse trabalho, sendo que:

- O *Gini da terra*, que mede a concentração fundiária, estima um impacto teórico que é discutido por Acemoglu (2012). Segundo o autor, para que alcance o desenvolvimento é necessário que as instituições do país sigam o interesse da maior parte da população e não apenas o interesse de poucos. Assim uma *proxy* desse efeito pode ser captada pelo *Gini da terra*, pois, supõe-se que quanto mais concentrada for a terra, mais distantes do interesse popular estão às instituições. A distribuição da terra é uma medida especialmente importante para o Brasil, que possui uma formação histórica marcada por uma aristocracia dominante e pela formação de grandes latifúndios e monoculturas. Será utilizado o Censo Agropecuário de 1996 para o cálculo da medida de concentração de terra.

- O Índice de Desempenho do Governo Municipal será construído com o banco de dados MUNIC (2001), do IBGE, que fornece dados de desempenho institucional em nível municipal. O índice é normalizado de 1 a 6 e leva em conta quantidade de impostos do ano base, taxa de pagamento do imposto, número de instrumentos administrativos e instrumentos de planejamento. Quanto mais elevado o índice maior será o nível de qualidade institucional.
- O MUNIC (2001) também fornecerá o conceito de *acesso à justiça*, indicado por um índice que varia de 0 a 3, calculado pela presença de três tribunais diferentes: Juizados Especiais Cíveis, Conselho Tutelar, Comissão de Defesa do Consumidor. Onde, o valor 0 não possui nenhum dos tribunais e 3 possui todos.

3.3.4 Variáveis de Instrumentais (IV)

A variável instrumental utilizada nesse trabalho é desenvolvida por Naritomi et al. (2012), consiste em um índice, variando entre 0 e 1, calculado a partir da distância, num raio de até 200 km, dos municípios em relação aos centros onde ocorreram, no período colonial, a exploração do açúcar, ouro e café.

Esse índice, testado empiricamente por Naritomi et al. (2012) é definido pela equação (10):

$$I = \begin{cases} \left(\frac{200-d_i}{200}\right)^2 & d_i \leq 200 \text{ km}, \\ 0 & > 200 \text{ km} \end{cases} \quad (10)$$

Onde,

d_i → é a distância em km em relação ao município mais envolvido no momento de exploração colonial do açúcar e do ouro.

Ao estimar essa relação de distância, os autores apontam que os municípios mais envolvidos com produção de açúcar, ouro e café sinalizam possuir instituições mais fragilizadas, os coeficientes estimados apontam que regiões afetadas pela mineração de ouro apresentam índice de governança 8% mais frágil, também o acesso à justiça é 23% menor do que em cidades que não participaram do processo de mineração.

Já, nos municípios que foram afetados pelo *boom* açucareiro a distribuição de terra é 67% pior comparado aos demais. Os autores debruçam-se em na literatura histórica para explicar as razões de tais resultados.

O período de 1500 até 1822, explica Naritomi (2012), é marcado por um esforço extrativista dos colonizadores portugueses no Brasil. A busca de riquezas locais não teve grande sucesso, mas, dada a disponibilidade de condições necessária foi estabelecido no nordeste brasileiro um grande centro produtor açucareiro, tornando o país, em 1700, o maior produto de açúcar do mundo. A produção açucareira debruçava-se sobre três dimensões: latifúndio, monocultura e escravidão. Esse cenário contribuiu para determinar a estruturação local das instituições, que atendiam ao interesse de latifundiários, estes possuíam total controle sobre legislação e sobre a política. Nesse sentido o índice de *Gini* da terra está diretamente ligado a formação colonial brasileira e apontam como uma medida de qualidade institucional.

Segundo Naritomi (2012), O período de produção do ouro que começar por volta de 1695, e gera uma ocupação sem precedentes na região, cerca de 50% da população da colônia habitava a região no período de maior produção. Tamanha demanda gerou a criação de inúmeros estatutos que regulavam a exploração do ouro, mas as fraudes eram constantes e nesse contexto as autoridades locais criavam uma série de conflitos sociais.

As instituições, nesse contexto, formaram-se cada vez mais distantes dos anseios populares, afetando assim o acesso à justiça e o desempenho de governança nas proximidades. O período do ouro está associado pior provisão de bens públicos.

Apesar da diferença de contexto, a produção cafeeira, segundo Naritomi (2012), é importante para explicar o contexto de estruturação das instituições isso por que em meado do século XIX, o café torna-se a principal atividade econômica do país.

A produção do café era escravista e permitia multiculturas isso torna a exploração do café com impacto semelhante ao açúcar. A robustez teórica e histórica é comprovada empiricamente por meio de uma análise em *crosssection*.

Então, baseado, nas equações (5), (6) e (7), e assim seguindo os critérios de Wooldriged (2016), o índice proposto por Naritomi et al. (2012), é adequado para ser utilizado como variável instrumental para a qualidade institucional. As equações (11), (12), (13) e (14) demonstram a relação entre as medidas:

$$Cov(I, In) = 0 \quad (11)$$

$$Cov(I, W) = 0 \quad (12)$$

$$\text{Cov}(I, e) = 0 \quad (13)$$

$$\text{Cov}(L, I) \neq 0 \quad (14)$$

Assim, I apresenta uma forte relação com a qualidade institucional, e, por ser uma variável do tempo colonial, não está diretamente relacionada com medidas de percepção individual. O uso de instrumentos na literatura institucionalista é extremamente comum, como em Acemoglu (2001). Baseando-se na literatura atual, os instrumentos sugeridos são os que apresentam maior robustez empírica e teórica.

3.3.5 Variáveis controles

Segundo Gujarati (2011), a utilização de variáveis controles serve para aumentar o poder de explicação do modelo, tornando o termo de erro o menor possível. Também é utilizado para verificar se o efeito captado pelo coeficiente de interesse pode estar explicando o efeito de outra variável importante na análise. Nesse contexto, serão usados como controle as seguintes variáveis: renda, idade, sexo e grau de instrução.

Monteiro et al. (2017), Nieminen et al. (2007), Tan e Tambyah (2010) e Schwarz-Blum (2006), apontam que as características pessoais presentes na renda, idade, sexo e grau de instrução, podem influenciar a percepção dos indivíduos, e podem ser determinantes para afetar as medidas de capital social.

As variáveis de controle foram extraídas do Barômetro 2000 e são descritas no Quadro 3.

Quadro 3 - Variáveis controles

Código	Questionário Latino Barômetro 2000	Escala
P2ST	Considera a situação econômica melhor, igual ou pior que há doze meses?	1 até 3; onde 1 - Melhorou, 2 - Igual e 3 - Piorou.
S1	Sexo	1- Fem, 0 - Masc.
S2	Idade	Valor
S6	Educação	1 até 17, onde: 1- Sem estudos e 17 - Superior e técnico completo

Fonte: O Autor (2018)

Nota: Adaptação Latino Barômetro 2000.

A variável P2ST pode ser entendida como uma aproximação da condição econômica do indivíduo, ela foi recodificada para ficar no sentido crescente. S1 é uma dummy para o sexo, S2 a idade em anos, S6 o grau de instrução individual.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta seção foi dividida em duas subseções, a primeira trata dos resultados relativos à estimação do modelo teórico da equação (1), ou seja, da estimação relacionada à percepção de confiança nas instituições e qualidade institucional. Na segunda seção, estão os resultados relativos à estimação do modelo teórico da equação (8), ou seja, os resultados da relação de percepção corrupção com a qualidade institucional.

Antes de discutir os resultados das estimativas, será apresentada uma breve análise descritiva de todas variáveis utilizadas na estimação. A tabela 1 apresenta a quantidade de observações, média, desvio padrão, valor mínimo e máximo de cada variável.

Tabela 1 - Estatísticas descritivas das variáveis usadas na estimação.

Variáveis	Observações	Média	Desv. Pad.	Mín.	Máx.
Índice Fatorial	833	-4.7e-17	.314	-1.152	0.693
Percepção de Corrupção	987	3.761	.647	1	5
Acesso à Justiça	1000	2.9	.300	2	3
Índice de desempenho do governo municipal	1000	5.003	.565	3.95	5.85
Gini da terra	1000	.797	.071	.063	.905
Renda	997	2.986	.786	1	5
Sexo	1000	.463	.498	0	1
Idade	1000	38.282	16.364	18	90
Grau de instrução	1000	9.3	4.063	1	17
Distância Ouro	1000	.101	.299	0	1
Distância Açúcar	1000	.200	.400	0	1
Distância Café	1000	.340	.447	0	1

Fonte: O Autor (2018).

A primeira variável é o índice fatorial In^6 que mede a percepção de confiança no conjunto de instituições. Pode-se verificar que apesar de possuir uma distribuição contínua, podendo assumir qualquer valor negativo ou positivo, com os dados da amostra desse estudo os valores são limitados por -1.152 até 0.693.

É importante salientar que quanto maior o índice, maior o nível de confiança nas instituições, e, quanto menor, maior o nível de desconfiança.

A variável de percepção de corrupção mostra que, na média, os entrevistados acreditam que o problema da corrupção tem aumentado no país. Apesar disso, alguns

⁶O detalhamento da estimação desse índice será dado na subseção 4.1.

dos entrevistados acreditam que a corrupção tem diminuído muito, mostrando assim a variância de percepções presente na amostra.

No que tange as medidas de qualidade institucional, pode-se destacar a pequena variabilidade da medida de acesso a justiça, que não apresenta valores abaixo de 2 e na média se aproxima muito do ideal, valor 3. Já, a medida de distribuição de terras apresenta que na média a amostra analisada apresenta uma relativa concentração de terra, podendo chegar até 0.9, que é próximo a completa concentração de terras. A medida de eficiente de governança apresenta média 5, ou seja, um número muito próximo de ideal 6, que não foi atingindo por nenhum município. Tal média alta, pode ser explicada, pois, a amostra está analisando apenas capitais.

A amostra é composta por 53,7% de homens com média de idade de 38,2 anos e com pelo menos 9,3 anos de estudos.

Ou seja, na média a composição da amostra é adulta e escolarizada. Também, na média, os entrevistados acreditam que estão numa situação economia, proxy usada para renda, no mínimo igual há doze meses.

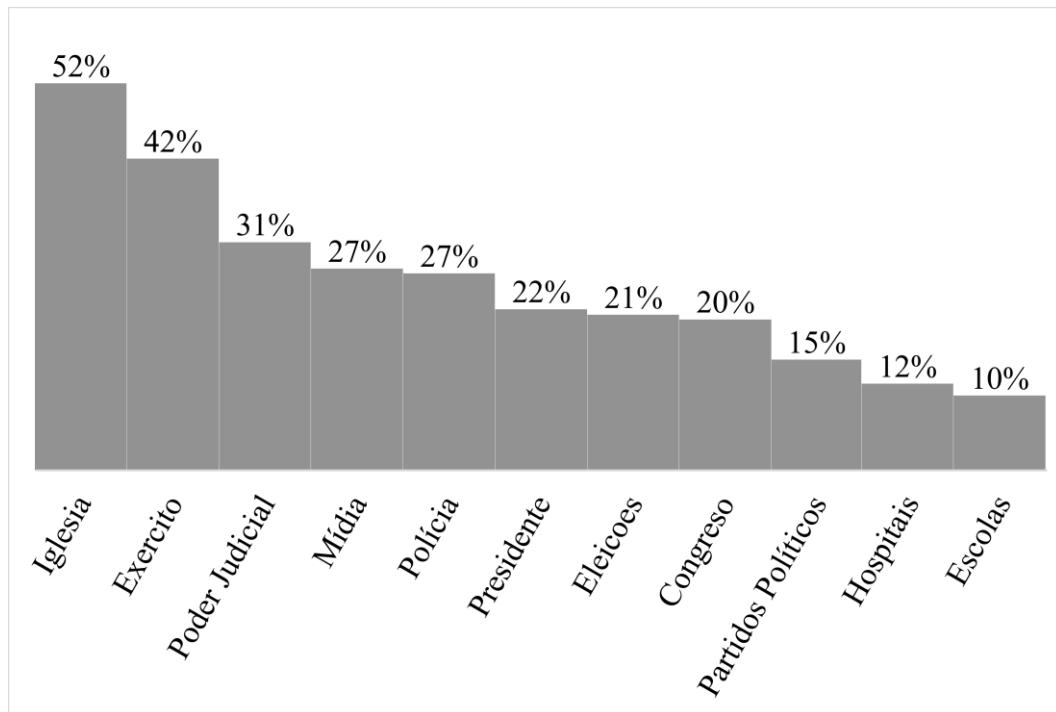
No que tange a análise dos instrumentos, o índice calculado com base em Naritomi (2012), podemos destacar que a amostra conta o centro de cada um dos *boom's* do período colonial, conta também com cidades que não apresentam proximidade com nenhum dos eventos, isso garante a heterogeneidade da amostra.

Ou seja, a amostra contém cidades que foram o centro dos *boom's* e também cidades que não tiveram nenhuma proximidade dos eventos colôniais, há cidades que o índice de distância é igual a 0 e também cidades que o assumem o valor 1.

4.1 Percepção de confiança nas instituições e qualidade institucional

A estimação da equação (4) passa inicialmente pela construção do índice de confiança *In*, que utiliza a análise fatorial. O índice de confiança foi estimado com 11 instituições, são elas: Hospitais; Escolas; Eleições; Igreja; Exercito; Poder Judicial; Presidente; Polícia Militar; Congresso Nacional; Partidos Políticos; Mídia. A distribuição média de confiança nestas instituições, onde o nível de confiança máximo é de 100% e o mínimo é 0%, pode ser visto no gráfico 4.1.

Gráfico 1 - Distribuição percentual de confiança nas instituições.



Fonte: O Autor (2018).

As instituições que possuem maior confiança são Igreja e Exército, com 52% e 42% respectivamente, do total de 100% que poderiam alcançar. No sentido contrário, educação e saúde apresentam menor credibilidade.

A estimação de *In* requer cautela, pois, a validade e significância da análise factorial é complexa e parte da aceitação de diversos testes, não apenas um. Somente deve ser aceita a hipótese do uso da análise factorial se todos apontarem que é a utilização é apropriado para o conjunto de dados.

O primeiro teste parte da análise da matriz de correlação apresentada na Tabela A1, em anexo. Segundo Hair (2009) e Corrar et al. (2007) as correlações devem apresentar valores abaixo de 0,400, os resultados de correlações entre as instituições apresentam valores próximos de zero, com exceção da instituição Igreja, que assumiu de 0,467 quando relacionado com Eleições.

Contudo para o nosso objetivo, a construção do índice factorial, é aceitável esse tipo de correlação, pois, ela se aproxima da ideal.

O teste mais importante a ser realizado na análise fatorial é o Kaiser-Meyer-Olkin (MSA ou KMO), este é o principal teste que apresenta a validade da construção da análise fatorial. O teste de Bartlett também aponta a validade de utilização da análise fatorial, os resultados dos testes são descritos na Tabela 2.

Tabela 2 - Teste de KMO e Bartlett

Medida Kaiser-Meyer-Olkin de adequação de amostragem.	0,809
Teste de esfericidade de Bartlett	
Aprox. Qui-quadrado	1753,139
df	55
Sig.	0,000

Fonte: O Autor (2018).

O nível de adequação é de 0,809, ou seja, quanto mais próximo de 1 melhor o ajuste das variáveis.

Resultados abaixo 0,700 podem apresentar problemas segundo Corrar et al. (2007). Com resultados satisfatórios na matriz de correlações e no teste KMO parte-se então para análise das communalidades, descritos na Tabela 3.

Tabela 3 - Comunalidades

	Inicial	Extração
Saúde	1,000	,644
Educacaoinst	1,000	,699
Eleições	1,000	,642
Igreja	1,000	,690
Exercito	1,000	,730
Justica	1,000	,490
Presidente	1,000	,571
Policia	1,000	,504
Congresso	1,000	,686
Partidos	1,000	,663
Midia	1,000	,440

Fonte: O Autor (2018).

O valor adequado de extração, segundo Corrar et al. (2007), deve ficar em torno de 0,700. As instituições Mídia, Justiça, Polícia, Presidente se distanciam de um valor adequado, como a estamos construindo um índice a partir da análise fatorial as

comunalidades explicam o quanto de cada instituição é apresentado no índice. O próximo passo é verificar a quantidade de fatores ideal para análise e verificar o quanto da variância total do modelo é explicada por cada um dos fatores, essa informação é necessária para construção do índice de confiança.

O método Kaiser, aponta que a análise ideal para as 11 instituições é agrupá-las em quatro fatores dado ajuste dos autovalores, resultado semelhante é encontrado pelo método scree plot, apresentado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Scree Plot



Fonte: O Autor (2018).

O scree plot identifica a quantidade de fatores que são ideias para análise, e utiliza o autor valor 1 como limite, ou seja, pelo Gráfico 1 o número de componentes (fatores) ideal para análise, é aquele que cruza a reta do autovalor 1, sendo assim, o número apropriado de componentes para análise é 4. Após identificar o total de fatores a ser utilizado, deve-se verificar a quantidade de variância explicada por cada um deles, a matriz de variância, pode ser vista na Tabela 4.

Tabela 4 - Variância total explicada

Componente	Valores próprios iniciais			Somas rotativas de carregamentos ao quadrado		
	Total	% de variância	% cumulativa	Total	% de variância	% cumulativa
1	3,384	30,759	30,759	2,246	20,416	20,416
2	1,269	11,532	42,292	1,793	16,297	36,713
3	1,095	9,956	52,248	1,392	12,654	49,368
4	1,011	9,191	61,439	1,328	12,072	61,439
5	,802	7,287	68,726			
6	,739	6,714	75,441			
7	,661	6,012	81,452			
8	,598	5,436	86,888			
9	,554	5,037	91,925			
10	,492	4,469	96,394			
11	,397	3,606	100,000			

Elaboração do autor.

Os quatro primeiros componentes são responsáveis por explicar 61,439% da variância total do modelo. Para otimizar a distribuição dos componentes, que será tratada a frente, foi usado rotação ortogonal por varimax, que otimiza a carga fatorial dos componentes, aumentando assim o poder de explicação.

Por isso utilizaremos a variância explicada pelo modelo com rotação, o primeiro fator explica 20,416 %, o segundo 16,297 %, o terceiro 12,654% e o quarto explica 12,072 % da variância total.

A variância explicada por cada fator será utilizada para construção de In , a equação 9, pode ser reescrita substituindo os valores de a_{ij} pelo resultado gerado na estimação, o resultado é descrito na equação 15.

$$In = 0,20416F_1 + 0,16297F_2 + 0,12654F_3 + 0,12072F_4 \quad (15)$$

Onde, a variância explicada é multiplicada e somada por cada fator, F_j são os scores fatoriais (gerados a partir de uma regressão) e In o índice fatorial de confiança institucional. Por uma questão de formalidade, será apresentada a formação dos fatores e o que cada um deles representa. Para isso a Tabela 5 apresenta a matriz de componente rotativa com o peso de cada instituição em cada um dos fatores.

Tabela 5 - Matriz de componente rotativa^a

	Componente			
	1	2	3	4
Saúde	,139	,098	,777	,109
Educação inst	,015	,044	,834	,032
Eleições	,037	,775	,118	-,163
Igreja	,124	-,084	,153	,802
Exército	,036	,602	-,036	,604
Justiça	,384	,485	,029	,327
Presidente	,466	,572	,163	-,015
Polícia	,527	,431	-,069	,187
Congresso	,787	,230	,101	,058
Partidos	,804	,084	,099	-,014
Mídia	,548	-,062	,042	,366

Fonte: O Autor (2018).

O primeiro fator (1) possui maior explicação para as instituições: Polícia, Congresso, Partidos e Mídia. O segundo fator (2) possuir maior explicação para: Eleições, Justiça e Presidente. O terceiro fator (3) explica: Educação e Saúde. O quarto fator (4) representa: Igreja e Exército. Assim sendo, os referidos fatores têm as seguintes características:

- ✓ O primeiro fator está ligado ao poder legislativo, apesar de ter a presença da polícia e mídia, o agrupamento baseado na análise fatorial apresenta que os indivíduos elaboram sua percepção de confiança na polícia, na mídia, nos partidos políticos e no congresso de modo semelhante. Esse primeiro fator será nomeado de *Geral*, pois ele engloba uma série de instituições com características diferentes.
- ✓ O segundo fator trata da confiança no poder executivo e judiciário, a instituições Eleição, pode ser entendida também como o Tribunal Superior Eleitoral, que é responsável por gerir o processo eleitoral. Dessa forma o segundo fator será nomeado de *Executivo e Judiciário*.
- ✓ O terceiro fator explica questões relacionadas às interações com serviços públicos cotidianos, como saúde e educação. Como ao responder os indivíduos não levam apenas em consideração o desempenho do setor

público, mas sim todas as interações formais e informais, esse fator será chamado de *Relações Cotidianas*.

- ✓ O quarto fator explica duas instituições que por sua natureza apresentam um nível o de subjetividade alto. A Igreja, que para muitos é sagrada e inviolável, e o Exército que é responsável por garantir a segurança nacional, além de prezar por regimentos e regras bem definidas. Pelas razões citadas o quarto fator será chamado de *Confiança*.

O objetivo principal dessa seção é analisar a relação do conjunto de instituições como um todo, por isso o índice fatorial fora construído. Porém, nesse primeiro momento serão mostrados os fatores, obtidos por meio da análise fatorial, que permitem analisar grupos específicos de instituições com características em comum, então foi estimado a equação (1), onde a variável depende é cada um dos fatores.

Ou seja, estimamos usando um modelo de regressão em dois estágios, a relação de cada um dos fatores descritos acima com a qualidade institucional instrumentalizada. A Tabela 6 apresenta os resultados da estimação.

Tabela 6 - Resultados da relação entre confiança nas instituições e qualidade institucional

Medidas de Qualidade Institucional	Confiança nas Instituições			
	Geral	Executivo e Judiciário	Relações Cotidianas	Confiança
Gini da terra	-.565 (.852)	1.711** (.862)	-.054 (.852)	.681 (.849)
Acesso à Justiça	.011 (.246)	.355 (.244)	.562** (.252)	-.172 (.246)
Índice de Desempenho do Governo Municipal	.178 (.112)	.158 (.112)	.289** (.115)	-.121 (.112)

Fonte: O Autor (2018).

Nota: *** Significante a 1%. ** Significante a 5%. * Significante a 10%. – Os números entre parênteses representam o erro-padrão. O método de estimação foi o de Mínimos Quadrados Ordinários em dois estágios.

Segundo os resultados gerados e expostos na Tabela 4.6, verifica-se que o fator *Geral* não apresentou nenhuma significância para cada uma das três medidas de

qualidade institucional, e, pode sugerir que a percepção de confiança em cada uma das instituições que compõem o fator são medidas menos formais e de caráter subjetivo.

O fator *Executivo e Judiciário* foi significante para o Gini da terra. Ou seja, ao responder sobre a confiança nessas instituições o entrevistado leva em conta, mais do que as outras, a formação histórica dessas instituições. As outras duas medidas de qualidade institucional não apresentaram significância estatística. A estimação com o fator *Relações Cotidianas* foi estatisticamente significante para a o índice que mede o desempenho municipal e a medida de acesso à justiça, sugerindo que ações diretas do município podem afetar o nível de confiança, assim, esse fator apresenta uma relação muito forte de proximidade.

Por fim, o fator *Confiança*, não apresentou relação estatística com nenhuma das medidas de qualidade institucional. Mas do que qualquer outro, as relações de confiança nas instituições presentes nesse fator são de subjetividade, especialmente por levar em conta a fé dos indivíduos.

Apresentados os resultados da análise fatorial, o objetivo é aglomerar as instituições em uma única análise, assim será exposto a análise da estimação da equação (1), que foi estimada utilizando o índice fatorial e pode ser observada na Tabela 4.7.

O método de estimação utilizado foi o OLS em dois estágios, com erros robustos para heterocedasticidade. O primeiro estágio da estimação regride as variáveis endógenas em função os instrumentos e dos demais controles, isso por que a equação (7), correlação entre instrumento e variável endógena, precisa existir.

Antes de comentar os resultados da tabela 4.6 é necessário comentar sobre a consistência dos instrumentos, por isso a tabela A1, em anexo, apresenta os resultados da estimação do primeiro estágio.

O primeiro estágio da estimação (1) e (4) tem como variável endógena o Gini da terra, a estimação (2) e (5), acesso à justiça, a estimação (3) e (6), índice de governança.

Os resultados apontam que todos os instrumentos possuem uma relação de significância forte com todas as variáveis endógenas, em a estimação à nível de 1% de significância os instrumentos afetam as variáveis endógenas. Além disso, a estatística Cragg- Donald Wald F usando teste de Stock Yogo mostra que os instrumentos apresentam são fortes. O teste de sub identificação de instrumento criado por Kleibergen-Paap também aceita, á nível de 1%, a hipótese nula de que existe um grau de identificação entre o instrumento e a variável endógena.

Tabela 7 - Resultados da relação entre o índice fatorial de confiança nas instituições (*In*) e qualidade institucional.

Variável Dependente:	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Confiança nas Instituições (<i>In</i>)						
Gini da terra	.003 (.308)			-.204 (.315)		
Acesso à Justiça		-.441 (.363)			-.372 (.362)	
Índice de Desempenho do Governo Municipal			.083** (.039)			0.94** (.035)
Renda				.052*** (.015)	.045*** (.016)	.049*** (.014)
Sexo				-.033 (.021)	-.034 (.023)	-.032 (.021)
Idade				-.002*** (.000)	-.002*** (.000)	-.002*** (.000)
Grau de instrução				-.006** (.003)	.002 (.004)	-.006** (.003)
Estatísticas						
Número de Observações	833	833	833	830	830	830
Teste F	0.00	1.47	4.45	4.48	4.00	5.64
Prob. > F	.991	.225	.035	.000	.001	.000
R2 Centrado	.000	.223	.012	.028	.137	.013
R2 Ajustado	.000	.233	.012	.028	.137	.013
Cragg- Donald Wald F	125.604	84.970	121.327	119.255	92.384	120.247
Teste (Kleibergen-Paaprk LM)	244.617	90.042	225.186	234.016	92.128	224.098
	***	***	***	***	***	***

Fonte: O Autor (2018).

Nota: *** Significante a 1%. ** Significante a 5%. * Significante a 10%. – Os números entre parênteses representam o erro-padrão. O método de estimativa foi o de Mínimos Quadrados Ordinários em dois estágios. Elaboração do autor.

Exibidos os resultados do primeiro estágio da estimativa e mostrada a significância dos instrumentos, pode-se comentar os resultados da tabela 7, que a um nível de significância de 5%, apontam relação do índice fatorial apenas com o índice de desempenho do governo municipal. As demais medidas de qualidade institucional não apresentaram significância estatística. Pode-se notar que mesmo após ser inserida uma série de controles, o coeficiente de interesse não apresenta grandes alterações. Quanto aos controles pode-se observar que no caso brasileiro, o sexo não apresenta correlação estatística com o nível de confiança nas instituições.

Esses resultados sinalizam que o conjunto de instituições apresentadas no trabalho, são afetadas diretamente pelo nível de eficiência do poder executivo mais próximo (município). Tal afirmação corrobora com a literatura, pois ao elaborar sua percepção sobre um contexto amplo de instituições formais e informais o indivíduo leva em conta, o contexto cultural e social que está inserido. Essa visão corrobora com os trabalhos de Vigotsky (1993), e principalmente com North (1990), ou seja, os indivíduos criam sua percepção sobre as instituições baseado no cenário institucional que está incluído.

Como o coeficiente de interesse apresenta um sinal positivo, sinaliza que a medida que a prefeitura apresenta maior eficiência e, portanto, melhor desempenho, os cidadãos passam a confiar mais nas instituições e, como afirma Acemoglu (2012), esse passo é fundamental para tornar as instituições mais inclusivas⁷.

Os resultados encontrados nesse estudo apontam o mesmo caminho já discutido em outros dois trabalhos, Schwars-Blum (2006) e Monteiro et al. (2017). Apesar da diferença nas metodologias, os três trabalhos referenciados apresentam que as atividades do governo são responsáveis por influenciar a percepção de confiança nas instituições. Schwars-Bluem (2006) conclui a necessidade de se trabalhar para que as instituições inclusivas seja presente numa gestão pública, para que a credibilidade venha retroalimentar as mesmas. Assim, Monteiro et al. (2017) encontra no governo o principal responsável pela confiança nas instituições brasileiras, e o presente estudo aponta que a eficiência na administração pública pode melhorar a percepção de confiança nas instituições.

De tal modo, tanto a análise geral, como a desagregada, apontam que as instituições mais próximas aos indivíduos serão responsáveis por gerar as expectativas destes. A desburocratização e ausência de planejamento, apontadas pela medida de qualidade institucional, são as principais responsáveis por gerar desconfiança nas instituições.

A proximidade aos cidadãos é que torna as alterações de percepção mais bem-sucedidas, entende-se que essa condição é alcançada pelo que a teoria do comportamento humano apresenta, as percepções são desenvolvidas no contexto social em que o ser humano está inserido. Assim sendo, à medida que instituições mais

⁷O conceito de instituições inclusivas é desenvolvido por Acemoglu (2012), e significa que as instituições atendem aos interesses da maior parte da população e não de grupos seletivos.

próximas se tornam mais eficiente os indivíduos passam a desenvolver mais confiança no contexto geral.

De modo geral, os resultados podem contribuir no sentido de que a medida que o governo melhorar o desempenho institucional, tornando-as mais inclusivas, dos poderes mais altos até mais baixos, os cidadãos poderão alterar a maneira que percebem as instituições, gerando um sentimento de confiança. O processo é longo, e pode durar gerações, mas, ao alterar a percepção, os indivíduos irão melhorar seu nível de bem-estar, e alterar a trajetória de desenvolvimento do país.

4.2 PERCEPÇÃO DE CORRUPÇÃO E QUALIDADE INSTITUCIONAL

A equação (8) apresenta a estimativa que tem como variável dependente a percepção de corrupção sendo explicada pela qualidade institucional. Os resultados são apresentados na Tabela 4.8. Novamente foi estimado uma regressão por OLS em dois estágios, com erros robustos para heterocedasticidade. A semelhança da estimativa anterior a tabela A2, em anexo, apresenta o primeiro estágio da estimativa. Os resultados do primeiro estágio são semelhantes à estimativa da percepção de corrupção, o teste de Cragg- Donald Wald F usando teste de Stock Yogo mostra e o teste de sub identificação de instrumento criado por Kleibergen-Paap, mostram novamente a robustez dos instrumentos.

Tabela 8 - Resultados da relação entre percepção de corrupção e qualidade institucional.

Variável Dependente: Percepção de corrupção	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Gini da terra	1.205*** (.467)			1.192** (.483)		
Acesso à Justiça		.833 (.677)			.813 (.695)	
Índice de Desempenho do Governo Municipal			.002 (.075)			.003 (.001)
Renda				.034 (.022)	.042** (.021)	.048** (.021)
Sexo				-.108* (.021)	-.113** (.044)	-.108*** (.041)
Idade				.002 (.001)	.002 (.001)	.002 (.001)
Grau de instrução				-.005 (.005)	-.008 (.007)	-.001 (.005)
Estatísticas						
Número de Observações	987	987	987	984	984	984
Teste F	6.62	1.51	.000	4.10	3.33	3.53
Prob. > F	.010	.219	.970	.001	.005	.003
R2 Centrado	.013	.170	.000	.002	.145	.016
R2 Ajustado	.782	.749	.785	.786	.754	.789
Cragg- Donald	140.312	106.983	144.402	132.493	114.878	142.936
Teste (Kleibergen-Paaprk LM)	276.460	114.527	269.818	264.161	116.591	268.371
	***	***	***	***	***	***

Fonte: O Autor (2018).

Nota: *** Significante a 1%. ** Significante a 5%. * Significante a 10%. – Os números entre parênteses representam o erro-padrão. O método de estimação foi o de Mínimos Quadrados Ordinários em dois estágios Elaboração do autor.

Partindo pra análise da tabela 8 os resultados, ao nível de significância de 5% apontam que a percepção de corrupção é afetada pelo *Gini* da terra. As outras duas medidas de qualidade institucional, Índice de Desempenho Municipal e Acesso à Justiça, não apresentaram significância estatística. É possível inferir que indivíduos ao elaborarem sua percepção sobre a corrupção levam em conta todo processo de formação institucional e também o quanto as instituições atendem a seus interesses.

A semelhança da estimação anterior pode-se notar que mesmo inserir controles é natural que o nível de aceitação do coeficiente de interesse seja alterado, segundo Wooldridge (2016). O coeficiente *c* apresenta relativa alteração ao inserir controles, mostrando assim a relevância destes.

A percepção de corrupção é afetada pelo *Gini* da terra. Como é citado anteriormente, a medida de qualidade institucional captada pelo índice de *Gini* da terra é subjetiva e não traz apenas as informações de distribuição de terra, a medida também traduz dois aspectos importantes: como se deu a evolução do processo de estruturação das instituições e se as instituições públicas atendem ao interesse da população. Assim, quanto mais distribuída for a terra mais as instituições seguem os interesses de uma grande parcela da população. A formação histórica do Brasil, como destaca Furtado (2008), tem participação especial na distribuição de terra.

A percepção de corrupção é uma medida relevante na construção do capital social, e como já foi apontado anteriormente, o capital social é determinante para o estabelecimento de uma nação democrática, como destaca: Brehm e Rahn (1997), Newton (1999) e Kaase (2007).

A medida que a percepção de corrupção aumenta, as relações de confiança interpessoais se diluem, e a democracia torna-se precária. No caso brasileiro, a percepção de corrupção está enraizada na história, como podemos observar nos resultados das estimativas considerando a desigualdade nas distribuições da terra, pois, a construção das instituições é marcada pela presença de uma aristocracia dominante.

O atual cenário brasileiro de corrupção não é favorável, contudo, esse problema ainda sinaliza ser solucionável. Como já foi mencionado North (1991) e Vigotsky (1993), as percepções que os indivíduos projetam podem ser alteradas desde que haja um ponto de inflexão, e isso pode promover mudanças na trajetória de desenvolvimento de um país.

O trabalho apresenta um efeito peculiar na percepção de corrupção, que não é afetada apenas pelo combate a corrupção por parte do governo, como é destacado por Monteiro et al. (2017), mas pode ser afetada pelo redirecionamento dos interesses das instituições, que ao conciliar com os anseios da população, tornando-se assim mais inclusiva, aumenta a credibilidade na sociedade. É um processo longo, mas é possível alcançar patamares de confiança mais altos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intenso debate sobre o processo de desenvolvimento dos países é parte fundamental do pensamento econômico. A escola institucionalista surge e ganha espaço na explicação das diferenças econômicas e sociais dos países, usando a formação histórica como a principal fonte de elucidação. A formação histórica determina as interações sociais que irão definir o comportamento cognitivo humano e por fim as instituições formais e informais. Estas serão responsáveis por delimitar toda estrutura social, inclusive aspectos econômicos de um país. A percepção sobre as instituições torna-se importante, pois, a mesma se mostra como um instrumento de grande relevância para a busca do crescimento econômico de longo prazo.

O presente trabalho apresentou como a qualidade institucional pode afetar as percepções dos indivíduos. Nesse sentido pode-se destacar o governo como capaz de influenciar a percepção dos indivíduos, assim pode contribuir para a formação de uma sociedade mais confiável. A desburocratização e melhora de planejamento contribuem para gerar confiança nas instituições. A proximidade aos cidadãos é que torna as alterações de percepção mais bem-sucedidas, assim uma sugestão do trabalho é que o governo trabalhe no sentido de criar instituições mais inclusivas e próximas aos cidadãos.

O processo de formação histórico também apresenta relevância na determinação de percepção dos indivíduos, contudo não há como alterar a história, ela sempre apresentará percalços, ainda assim é possível restabelecer a confiança entre os cidadãos de modo às próximas gerações possam ter um capital social mais elevado e alterar a trajetória social atual.

O presente estudo procurou mostrar a importância do cenário institucional na percepção humana. A percepção humana tende influenciar em mudanças na trajetória de crescimento econômica, assim é importante redirecionar o pensamento humano de modo a garantir o desenvolvimento, o trabalho sinaliza que a qualidade institucional vem se apresentar como uma ferramenta capaz de, no longo prazo, alterar as percepções dos indivíduos, tal fato tende a contribuir para uma sociedade democraticamente sólida e economicamente mais eficiente.

REFERÊNCIAS

- ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. A. Por que as nações fracassam. As origens do poder, da prosperidade e da pobreza. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- ACEMOGLU, D.; JOHNSON, S.; ROBINSON, J. A. Reversal of fortune: Geography and institutions in the making of the modern world income distribution. *The Quarterly journal of economics*, Oxford University Press, v. 117, n. 4, p. 1231-1294, 2002.
- _____. The colonial origins of comparative development: An empirical investigation. *American economic review*, v. 91, n. 5, p. 1369-1401, 2001.
- ALESINA, A.; LA FERRARA, E. Who trust so thers?. *Journal of public economics*, v. 85, n. 2, p. 207-234, 2002.
- BAHIA, L. H. N. O poder do clientelismo: raízes e fundamentos da troca política. Renovar, 2003.
- BJØRNSKOV, C. How does social trust affect economic growth?. *Southern Economic Journal*, v. 78, n. 4, p. 1346-1368, 2012.
- BREHM, J.; RAHN, W. Individual-levelevidence for the causes and consequences of social capital. *American journal of political science*, p. 999-1023, 1997.
- CAMON, A. W.. Yemas existenciais em psicoterapia. Pioneira Thomson Learning, 2003.
- CAMPOS, F. d. A. O.; PEREIRA, R. A. Corrupção e ineficiência no Brasil: Uma análise de equilíbrio geral. *Estudos Econômicos* (São Paulo), SciELO Brasil, v. 46, n. 2, p. 373–408, 2016.
- CORRAR, L. J.; PAULO, E.; FILHO, J. M. D. Análise multivariada: para os cursos de administração, ciências contábeis e economia. São Paulo: Atlas, p. 280-323, 2007.
- CRITELLI, D.M A analítica do sentido: uma aproximação e interpretação do real de orientação fenomenológica. 2. Ed São Paulo: Brasiliense, 2007.
- Dados Barômetro 2000. Acesso 20 de julho de 2017, disponível em: <http://www.latinobarometro.org>
- DELHEY, J.; NEWTON, K..Predicting cross-national levels of social trust: global pattern or Nordic exceptionalism?. *European Sociological Review*, v. 21, n. 4, p. 311-327, 2005.
- DREHER, A.; GASSEBNER, M. Greasing the wheels? The impact of regulations and corruption on firm entry. *Public Choice*, v. 155, n. 3-4, p. 413-432, 2013.
- DZHUMASHEV, R. Is there a direct effect of corruption on growth?. 2009.

EASTERLY, W.; LEVINE, R. et al. It's not factor accumulation: stylized facts and growth models. [S.I.], 2002.

ENGERMAN, S. L.; SOKOLOFF, K. L. Factor endowments, inequality, and paths of development among new world economics. [S.I.], 2002.

EVANS, P. Além da “monocultura institucional”: instituições, capacidades e o desenvolvimento deliberativo. *Sociologias*, SciELO Brasil, v. 5, n. 9, p. 20-62, 2003.

FIORI, J. L. Poder e credibilidade: o paradoxo político da reforma liberal. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, SciELO Brasil, n. 25, p. 185-196, 1992.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

FISCH, Arthur Thury Vieira. Corrupção, PIB per capita e variáveis econômicas. 2013.

GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. *Econometria Básica-5*. Amgh Editora, 2011.

HAIR, J. F. et al. Análise multivariada de dados. Bookman Editora, 2009.

HALL, R. E.; JONES, C. I. Why do some countries produce so much more output per worker than others? *The quarterly journal of economics*, Oxford University Press, v. 114, n. 1, p. 83-116, 1999.

ISLAM, A. Economic growth and corruption: evidence from panel data. *Bangladesh Journal of Political Economy*, v. 21, n. 2, p. 185–198, 2004.

JAIN, A. K. Corruption: A review. *Journal of economic surveys*, Wiley Online Library, v. 15, n. 1, p. 71–121, 2001.

KÄÄRIÄINEN, J.; LEHTONEN, H. The variety of social capital in welfare state regimes—a comparative study of 21 countries. *European Societies*, v. 8, n. 1, p. 27-57, 2006.

KAASE, M. Interpersonal trust, political trust and non-institutionalised political participation in Western Europe. *West European Politics*, v. 22, n. 3, p. 1-21, 1999.

KNACK, S.; KEEFER, P. Does social capital have an economic payoff? A cross-country investigation. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 112, n. 4, p. 1251-1288, 1997.

KEELE, L. Social capital and the dynamics of trust in government. *American Journal of Political Science*, v. 51, n. 2, p. 241-254, 2007.

LOPES, L. S.; TOYOSHIMA, S. H. Evidências do Impacto da Corrupção Sobre a Eficiência das Políticas de Saúde e Educação nos Estados Brasileiros. *Planejamento e Políticas públicas*, n. 41, p. 199{228, 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/265/313i>.

MANCEBO, D. Modernidade e produção de subjetividades: Breve percurso histórico. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v.22, n.1, 100-111, 2002.

MATIAS-PEREIRA, J. Os efeitos da crise política e ética sobre as instituições e a economia no Brasil. 2008.

MAURO, P. Corruption and growth. *The quarterly journal of economics*, v. 110, n. 3, p. 681-712, 1995.

MENDONÇA, H. F. D.; BACA, A. C. Relevance of corruption on the effect of public health expenditure and taxation on economic growth. *Applied Economics Letters*, Routledge, v. 0, n. 0, p. 1{6, 2017.

MENEZES-FILHO, N. et al. Instituições e diferenças de renda entre os estados brasileiros: uma análise histórica. *XXXIV Encontro Nacional de Economia*, 2006.

MÉON, P.; WEILL, L. Is corruption an efficient grease?. *World development*, v. 38, n. 3, p. 244-259, 2010.

MILLER, A. H.; LISTHAUG, O. Political parties and confidence in government: A comparison of Norway, Sweden and the United States. *British Journal of Political Science*, v. 20, n. 3, p. 357-386, 1990.

MONTEIRO, V. S.; JUSTOS, W. R.; ROCHA, R. CASTANHEIRA, L.F. Características que influenciam a percepção de confiança nas instituições e corrupção no Brasil. *45º Encontro Nacional de Economia, PPGECON, UFPE*, v. 1, n. 2, p. 1, 2017.

MUNIC. IBGE. *Pesquisa de Informações Básicas Municipais – Perfil dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2001.

NARITOMI, J.; SOARES, R. R.; ASSUNÇÃO, J. Institutional development and colonial heritage within Brazil. *The journal of economic history*, v. 72, n. 2, p. 393-422, 2012.

_____. Dados de qualidades institucional e instrumentos. 2012.

NEWTON, K. Social and Political Trust in Established Democracies⁵¹. *Critical citizens: Global support for democratic government*, p. 169, 1999.

NIEMINEN, T. et al. Measurement and socio-demographic variation of social capital in a large population-based survey. *Social Indicators Research*, v. 85, n. 3, p. 405-423, 2008.

NORTH, D. C. Institutions. *Journal of economic perspectives*, v. 5, n. 1, p. 97-112, 1991.

NUNN, N. The importance of history for economic development. *Annual Review of Economics*, v. 1, n. 1, p. 65-92, 2009.

OLIVEIRA, J.A; Corrupção e crescimento econômico, 45º Encontro Nacional de Economia, v. 1, n. 2, p. 1, 2017.

PANDE, R. ; UDRY, C. R. Institution sand development: A view from below. 2005.

PARK, C.-M. The quality of life in South Korea. Social Indicators Research, v. 92, n. 2, p. 263-294, 2009.

PEREIRA, A. E. G.; NAKABASHI, L.; SACHSIDA, A. Qualidade das instituições nos municípios brasileiros. Revista Economia & Tecnologia, v. 7, n. 1, 2011.

PEREIRA, A. E. G.; NAKABASHI, L.; SALVATO, M. A. Instituições e nível de renda: uma abordagem empírica para os municípios paranaenses. Nova Economia, SciELO Brasil, v. 22, n. 3, p. 597-620, 2012.

PONTY, M. M. Phénoménologie de la perception. 1945.

REY, F. L. G. Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural. Pioneira Thomson Learning, 2003.

ROCHA, S. d. H. Corrupção e Incerteza na Alocação de Recursos Públicos: Uma Abordagem Teórica. p. 1-29, 2014.

ROTHSTEIN, B.; USLANER, E. M. All for all: Equality, corruption, and social trust. World politics, v. 58, n. 1, p. 41-72, 2005.

SCHYNS, P.; KOOP, C. Political distrust and social capital in Europe and the USA. Social Indicators Research, v. 96, n. 1, p. 145-167, 2010.

SHU, X.; ZHU, Y. The quality of life in China. Social Indicators Research, v. 92, n. 2, p. 191-225, 2009.

SING, M.. The quality of life in Hong Kong. Social Indicators Research, v. 92, n. 2, p. 295-335, 2009.

STOLLE, D. Bowling together, bowling alone: The development of generalized trust in voluntary associations. Political psychology, p. 497-525, 1998.

TAMBYAH, S. K.; TAN, S. J.; KAU, A. K. The quality of life in Singapore. Social Indicators Research, v. 92, n. 2, p. 337-376, 2009.

TOKUDA, Y.; INOGUCHI, T. Interpersonal mistrust and unhappiness among Japanese people. Social Indicators Research, v. 89, n. 2, p. 349-360, 2008.

VAN OORSCHOT, W.; ARTS, W.; GELISSEN, J. Social capital in Europe: Measurement and social and regional distribution of a multifaceted phenomenon. Acta sociologica, v. 49, n. 2, p. 149-167, 2006.

VYGOTSKY, L.S. A Formação Social da Mente. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

- _____. Pensamento e Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- WEDEMAN, A. Looters, rent-scrappers, anddividend-collectors: Corruption and growth in Zaire, South Korea, and the Philippines. *The journal of developin gareas*, v. 31, n. 4, p. 457-478, 1997.
- WOOLDRIDGE, J. Introdução à econometria: uma abordagem moderna. São Paulo: Pioneira thomson learning, 2016.

APÊNDICE A - TABELAS

Tabela A1: Estimação em primeiro estágio da percepção de confiança.

Variável Dependente: Variável endógena	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Distância açúcar	.103*** (.007)	.304*** (.028)	.281*** (.052)	.100*** (.006)	.315*** (.029)	.289*** (.053)
Distância ouro	-.020*** (.006)	.305*** (.028)	-.172*** (.041)	-.019*** (.006)	.307*** (.028)	-.173*** (.041)
Distância café	.031*** (.007)	.352*** (.033)	.737*** (.053)	.029*** (.007)	.363*** (.033)	.738*** (.054)
Renda				.007*** (.002)	-.021* (.012)	-.014 (.022)
Sexo				-.001 (.004)	-.002 (.017)	.000 (.032)
Idade				.000 (.000)	-.001 (.000)	.000 (.001)
Grau de instrução				.002*** (.000)	-.012*** (.002)	-.010** (.004)

Fonte: O Autor (2018).

Nota: *** Significante a 1%. ** Significante a 5%. * Significante a 10%. – Os números entre parênteses representam o erro-padrão. O método de estimação foi o de Mínimos Quadrados Ordinários em dois estágios Elaboração do autor

Tabela A2: Estimação em primeiro estágio da percepção de corrupção.

Variável Dependente: Variável endógena	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Distância açúcar	.098*** (.006)	.318*** (.026)	.279*** (.049)	.095*** (.006)	.330*** (.026)	.289*** (.053)
Distância ouro	-.025*** (.005)	.320*** (.026)	-.168*** (.038)	-.025*** (.005)	.320*** (.026)	-.173*** (.041)
Distância café	.025*** (.006)	.368*** (.030)	.746*** (.049)	.023*** (.006)	.377*** (.030)	.738*** (.054)
Renda				.006*** (.002)	-.019* (.011)	-.014 (.022)
Sexo				.000 (.003)	-.004 (.016)	.000 (.032)
Idade				.000 (.000)	-.001 (.000)	.000 (.001)
Grau de instrução				.002*** (.000)	-.012*** (.002)	-.010** (.004)

Fonte: O Autor (2018).

Nota: *** Significante a 1%. ** Significante a 5%. * Significante a 10%. – Os números entre parênteses representam o erro-padrão. O método de estimação foi o de Mínimos Quadrados Ordinários em dois estágios Elaboração do autor.